



Conselho Regional de Enfermagem do Pará Assessoria de Planejamento

Belém-PA, 2021

**Relatório de gestão
do exercício 2021**

2021



Relatório de gestão do exercício 2021

Conselho Regional de Enfermagem do Pará

Relatório de Gestão do exercício de 2021 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 127/2013, da Portaria TCU nº 175/2013 e das orientações do órgão de controle interno

Belém-PA, 2021

Lista de tabelas, ilustrações, abreviaturas, siglas e símbolos

COFEN - CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM
COREN PA - CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO PARÁ
LAI - LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO
CTC - COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
DAD - DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
DDPE - DEPARTAMENTO DE DENÚNCIA E PROCESSO ÉTICO
DECONT - DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DFC - DEPARTAMENTO FINANCEIRO - CONTÁBIL
DFISC OU DEFISC - DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO
DIC - DEPARTAMENTO DE INSCRIÇÃO E CADASTRO
DTI - DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
INCORPWARE - SISTEMA GERENCIAL DE EMISSÃO DE BOLETOS PELA INTERNET
LOA - LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
MP - MINISTÉRIO PÚBLICO
MPE - MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
MPF - MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
NBC - NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE
PAD - PROCESSOS ADMINISTRATIVOS
PAINT - PLANO ANUAL DE ATIVIDADES
PES - PLANO ESTADUAL DE SAÚDE
PPA - PLANO PLURIANUAL
PPI - PROGRAMAÇÃO PACTUADA E INTEGRADA
SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL
SIORG - SISTEMA DE INFORMAÇÃO ORGANIZACIONAIS DO GOVERNO FEDERAL
SISCONT-NET - SISTEMA DE CONTABILIDADE IMPLANTA
SISTEMA INCORP - SISTEMA GERENCIAL DE CADASTRO
SUS - SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
TCU - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
TI - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
UJ - UNIDADE JURISDICIONADA
UO - UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

Lista de Anexos e Apêndices

Título	Descrição
Declaração do Contador	
Nota Explicativa 2021	Nota Explicativa 2021



Título	Descrição
Variacoes Patrimoniais 2021	Variacoes Patrimoniais 2021

Sumário

Elementos pré-textuais	2
Mensagem do dirigente máximo	7
1 - Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo	8
1.1 - Identificação da Entidade	9
1.2 - Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo	10
1.3 - Modelo de negócios	12
2 - Riscos, Oportunidades e Perspectivas	15
2.1 - Riscos	16
2.2 - Visão Geral do modelo de gestão de riscos e controles	17
2.3 - Oportunidades	19
3 - Governança, Estratégia e Desempenho	20
3.1 - Estrutura de Governança e Planejamento Estratégico da Entidade	21
3.2 - Objetivos estratégicos do exercício	23
3.4 - Alocação de Recursos	25
3.5 - Resultados da área fim - Quantidades	29
3.6 - Gestão de pessoas	54
3.7 - Gestão de Licitações e Contratos	58
4 - Informações orçamentárias, financeiras e contábeis	60
4.1 - Resumo da situação e do desempenho contábil	61



4.2 - Declaração do Contador / Opinião dos Auditores Externos	68
4.3 - Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e Notas Explicativas	69
4.4 - Informações acerca do setor de contabilidade	70
4.5 - Gestão orçamentária e financeira	71
4.6 - Gestão Patrimonial e Infraestrutura	81
4.7 - Gestão de custos	83
Anexos, apêndices e links	132



MENSAGEM DO DIRIGENTE MÁXIMO

Visão geral sobre o desempenho da gestão

Em 2021 iniciamos uma nova gestão do Conselho Regional de Enfermagem do Pará correspondente ao triênio 2021-2023, com a recondução da maioria dos membros do plenário e condução de novos membros, e já destacamos o percentual de paridade de gênero que aumentou de uma gestão para outra, refletindo a predominância do gênero feminino na Enfermagem.

Apresentação concisa do relatório de gestão

A pandemia da Covid-19 mantida até os dias atuais, iniciou o ano de 2021 com uma segunda onda de aumentos de casos e óbitos pela doença, sobrecarga dos serviços de saúde, levando muitos profissionais a exaustão. Ao passo que, final de janeiro foi iniciada a campanha de vacinação contra o Sars-Cov-2 e este conselho atuou junto às secretarias de saúde para que fosse garantido o acesso dos profissionais de Enfermagem, sem distinção, à vacinação.

Pontos de destaque da gestão no exercício

A atuação frente à Covid-19 também se estendeu ao longo desse ano quer seja com ações fiscalizatórias, quer seja com alteração de procedimentos administrativos, de modo a facilitar aos profissionais de Enfermagem o acesso aos serviços prestados pela autarquia, bem como garantir a mitigação de novos casos de Covid-19 entre público interno e externo.

Principais resultados alcançados

Este foi um ano também marcado por ações voltadas para a valorização e reconhecimento da Enfermagem, sobretudo por meio da tramitação e aprovação de projetos de lei de interesse da categoria, dentre eles, o Projeto de Lei 2564/2020 que institui o piso salarial nacional da Enfermagem.

Desafios e perspectivas

Neste Relatório de Gestão e Atividades – 2021 do Coren-PA elaborado para cumprir com a legislação pertinente a Administração Pública e, acima de tudo, dar transparência de todos os atos e ações praticados, buscamos tornar como prestação de contas aos profissionais de Enfermagem inscritos no regional, bem como à sociedade paraense do que fizemos.



1 - VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

- 1.1 - Identificação da Entidade
- 1.2 - Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo
- 1.3 - Modelo de negócios

Conselho Regional de Enfermagem do Pará

COREN/PA

04.734.406/0001-59



Autarquia Federal
NATUREZA JURÍDICA



(91) 3246-2553 Ramal:
212 / (91) 3246-2553
Ramal: 213 / (91) 3246-
2611 / (91) 3546-2553
Ramal: 206 / (91) 3226-
0740

TELEFONE



94.12-0-99
CÓDIGO CNAE



ENDEREÇO
DO CONSELHO

Av. Duque de Caxias
LOGRADOURO

Belém
CIDADE

PA
UF

Marco
BAIRRO

66093026
CEP



www.corenpa.org.br
SITE



informatica@corenpa.org.br
E-MAIL

Conselho Federal de Enfermagem

Vinculação à entidade federal



1.2 - VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

Principais canais de comunicação com a sociedade:

Ouvidoria

Acesso à informação

Outros meios implementados

Fatos externos:

Fatos externos relevantes



NOSSA ESTRUTURA BÁSICA

& Funcionalidade

A estrutura do COREN é colegiada e deliberativa, por isso é composta da seguinte forma:



TRANSVERSALMENTE: ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO



A funcionalidade e o novo MODELO DE NEGÓCIO: O COREN PARÁ tem a proposta de um novo modelo de negócios e para adotá-lo é necessário realizar a revisão de nossas formas de trabalho. Esta proposta encontra-se em processo de elaboração, que será iniciada com a análise SWOT de nossos STATUS QUO, mediante a qual podemos avaliar o ano de 2021 como marco temporal, utilizando inclusive o presente relatório, indicando nossas FORTALEZAS, OPORTUNIDADES DE MELHORIA (cenário interno) e as AMEAÇAS e OPORTUNIDADES (cenário externo) que certamente influenciarão nas decisões, no cenário de 2022, e como qualquer panorama que se faz notar no cenário a ser administrado, terão interferência no futuro, em que pesem estarem intimamente ligadas às tendências e aos perfis profissionais que representamos, bem como às decisões políticas, técnicas e econômicas que hoje são tomadas e interferem no contexto deste e dos próximos anos. Apresentamos a seguir o Organograma do COREN e a análise SWOT.



1.3 - MODELO DE NEGÓCIOS

Missão

Regulamentar e fiscalizar o exercício profissional resguardando os princípios éticos em defesa da profissão e da sociedade.

Visão

Cumprir com excelência sua função institucional de fiscalizar e de regulamentar o exercício profissional da enfermagem.

CADEIA DE VALOR DO COREN/PA

MISSÃO

VISÃO

ÓRGÃOS E ENTIDADES

CIDADÃO

FUNDAMENTOS DO

Modelo de Negócios



O COREN PA atua por **CAPITAL HUMANO** por staff híbrido (efetivo e de contratação), aplicando o Know how interdisciplinar de enfermeiros, técnicos de enfermagem, advogados, administradores, contadores, analistas de sistemas e técnico administrativos.



Visando ao atingimento da missão e visão por **CAPITAL INTELECTUAL** suficiente para exercer as funções e atuar nas frentes de trabalho da autarquia, na forma da Legislação.



A gestão do relacionamento de clientes para o qual a autarquia se dirige, aplicando o **CAPITAL SOCIAL** da Instituição consiste no fortalecimento e modernização dos canais de Ouvidoria e realização de eventos públicos para profissionais e acadêmicos de Enfermagem, bem como a participação a convite em instituições públicas e privadas no Estado do Pará.



O **CAPITAL PRODUTIVO** gera valor aos serviços prestados pelo COREN-PA que se dá pelo cumprimento das atividades de **FISCALIZAÇÃO** e **REGULAMENTAÇÃO** do exercício profissional, nos termos da Lei 7.498/86 (Lei do Exercício Profissional), sendo importante destacar que a atividade do Conselho é transversal, iniciando com o registro provisório do profissional e culminando, ao longo de toda a carreira, com o acompanhamento e égide da ética.



O **CAPITAL FINANCEIRO** é composto de recursos próprios captados anualmente com recebimento de anuidades diferenciadas por categoria profissional, perfazendo um montante do qual 75% são alocados na própria unidade orçamentária para exercer as funções e atuar nas atividades previstas na lei e reguladas no sistema COREN - COFEN e 25% são repassados ao COFEN.





2 - RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

- 2.1 - Riscos
- 2.2 - Visão Geral do modelo de gestão de riscos e controles
- 2.3 - Oportunidades

GESTÃO DE RISCOS

RISCOS DE RECEITA

RISCO representado pela redução de ativos do não adimplemento das anuidades pelos profissionais de Enfermagem (Segmento Cliente) das 03 categorias, importando em afetação direta da capacidade de operação da autarquia.

RISCOS DE LIQUIDEZ

- RISCO secundário ao risco de receita;
- Importa na impossibilidade de cumprir cláusulas contratuais e licitações, pois é o risco de não possuir ativos para equilibrar as despesas realizadas.

"RISCO representa toda perspectiva da autarquia COREN-PA que apresente a relação de **PROBABILIDADE x IMPACTO**

ANÁLISE

A governança financeira da autarquia é interdependente, pois sofre influência de fatores externos, que determinam a disponibilidade de receita (adimplência de anuidade) e de fatores internos (gestão de processos e gestão orçamentária e financeira), que determinam a aplicabilidade dos recursos arrecadados.

RISCOS INERENTES AOS PROCESSOS DE TRABALHO

01

PROCESSOS INTERNOS

Risco aumentado pelos processos comunicacionais e departamentalização

02

GESTÃO DA FISCALIZAÇÃO

Risco aumentado pela interação com MPE, MPF e aumento do volume de denúncias protocoladas

03

GESTÃO DOCUMENTAL

Risco aumentado pela Burocratização, Duplicidade e Gestão de Software



2.2 - VISÃO GERAL DO MODELO DE GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES

Ambiente

Avaliação de Riscos

Atividades de controle

Sistemas de informação e monitoramento

GESTÃO DE RISCOS

RISCOS DE RECEITA

RISCO representado pela redução de ativos do não adimplemento das anuidades pelos profissionais de Enfermagem (Segmento Cliente) das 03 categorias, importando em afetação direta da capacidade de operação da autarquia.

RISCOS DE LIQUIDEZ

- RISCO secundário ao risco de receita;
- Importa na impossibilidade de cumprir cláusulas contratuais e licitações, pois é o risco de não possuir ativos para equilibrar as despesas realizadas.

"RISCO representa toda perspectiva da autarquia COREN-PA que apresente a relação de PROBABILIDADE x IMPACTO"

ANÁLISE

A governança financeira da autarquia é interdependente, pois sofre influência de fatores externos, que determinam a disponibilidade de receita (adimplência de anuidade) e de fatores internos (gestão de processos e gestão orçamentária e financeira), que determinam a aplicabilidade dos recursos arrecadados.

2.3 - OPORTUNIDADES

Principais oportunidades identificadas pela gestão

Ações para potencializar os impactos positivos

RISCOS INERENTES AOS PROCESSOS DE TRABALHO

01

PROCESSOS INTERNOS

Risco aumentado pelos processos comunicacionais e departamentalização

02

GESTÃO DA FISCALIZAÇÃO

Risco aumentado pela interação com MPE, MPF e aumento do volume de denúncias protocoladas

03

GESTÃO DOCUMENTAL

Risco aumentado pela Burocratização, Duplicidade e Gestão de Software



3 - GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

- 3.1 - Estrutura de Governança e Planejamento Estratégico da Entidade
- 3.2 - Objetivos estratégicos do exercício
- 3.4 - Alocação de Recursos
- 3.5 - Resultados da área fim - Quantidades
- 3.6 - Gestão de pessoas
- 3.7 - Gestão de Licitações e Contratos



3.1 - ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA ENTIDADE

Descrição da Estrutura de Governança da Entidade

Posicionamento da presidência e diretoria

Posicionamento dos órgãos colegiados

Posicionamento dos canais de comunicação com profissionais e a sociedade em geral

Posicionamento da estrutura de controle interno

Descrição do Processo de Planejamento Estratégico

Participação das estruturas de governança no processo de planejamento

3.2 - OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO EXERCÍCIO

MISSÃO

Regulamentar e fiscalizar o exercício profissional resguardando os princípios éticos em defesa da profissão e da sociedade.

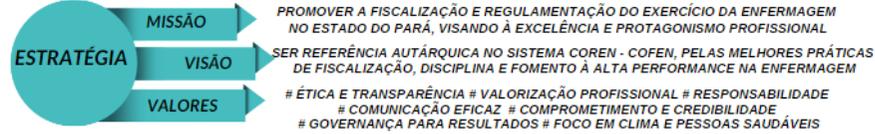
VISÃO

Cumprir com excelência sua função institucional de fiscalizar e de regulamentar o exercício profissional da enfermagem.



Mapa Estratégico

Planejamento Estratégico 2021-2023



3.4 - ALOCAÇÃO DE RECURSOS

GASTOS COM FISCALIZAÇÃO (FISCAIS)

Valor total gasto com salários	R\$ 1.016.166,53
Valor total gasto com encargos	R\$ 302.299,16
Valor total gasto com benefícios	R\$ 62.330,00

GASTOS COM FISCALIZAÇÃO (APOIO)

Valor total gasto com transporte e veículos	R\$ 99.804,47
Valor total gasto com equipamentos de fiscalização	R\$ 0,00
Valor total gasto com diárias	R\$ 69.454,00
Valor total gasto com alimentação	R\$ 0,00
Valor total gasto com capacitação de fiscais	R\$ 0,00
Valor total gasto com telefonia móvel institucional	R\$ 0,00
Valor total gasto com outros gastos	R\$ 0,00

GASTOS COM DEMAIS ATIVIDADES FINALÍSTICAS

Valor total gasto com registro R\$ 0,00

Valor total gasto com normatização R\$ 0,00

Valor total gasto com julgamento R\$ 0,00

Valor total gasto com orientação R\$ 0,00

Valor total gasto com outros gastos R\$ 0,00

INDENIZAÇÕES A CONSELHEIROS

Valor total gasto com diárias R\$ 29.720,90

Valor total gasto com jetons R\$ 56.843,28

Valor total gasto com auxílio representação R\$ 700.994,96

Valor total gasto com demais verbas indenizatórias R\$ 0,00

Valor total gasto com outros gastos R\$ 0,00



Descrição sucinta de como a estrutura de governança acompanha a execução das ações que visam ao atendimento dos objetivos estratégicos

CONTROLE INTERNO | 2021

12

FRENTES ESTRATÉGICAS CONSOLIDADAS, INTEGRANDO ANÁLISE PROCESSUAL, MANUALIZAÇÕES, CONTROLE PATRIMONIAL, DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E REPASSE DE COTAS AO CONSELHO FEDERAL

O COREN-PA com a intenção de cumprir integralmente as disposições da **Resolução do Conselho Federal 573/2018**, fortaleceu as ações de Controle Interno, priorizando as ações estruturais de controladoria, a exemplo das ações de normatização de controle interno, das quais resultou o **MANUAL DE CONTROLE INTERNO** - validado conforme as balizas legais e éticas, em consonância com o acompanhamento sistemático que deve ser processado anualmente pelos Conselhos Regionais.

Em 2021, foram analisados **1.041** processos de pagamento e estes incidiram majoritariamente sobre a regularidade e cabimento legal previsto de pagamento de auxílio a representação, seguindo-se de processos referentes a diárias e jetons. Não se observou, nos processos analisados, a ocorrência de ilegalidades ou não conformidades que motivassem a notificação por parte da controladoria interna, de emitente de documento ou parte processual para retificação e/ou esclarecimento quanto ao objeto de análise ou processo.



1.041

PROCESSOS DE PAGAMENTOS ANALISADOS

1.035

NOTAS DE ANÁLISE, SENDO DISTRIBUÍDAS NAS CATEGORIAS

Quanto a regularidade dos Processos Licitatórios o COREN-PA realizou uma despesa de **R\$ 570.711,27**, nas modalidades Dispensa e Inexigibilidade e que foram acompanhados por esta Controladoria, no tocante à legalidade e demais princípios que norteiam a Administração Pública.



Vale ressaltar que as despesas de **Contratações de Serviços e Aquisições** foram objeto de Dispensa de Licitação e **Serviço de Manutenção de SOFTWARE** Contratação de **Postagem e Malote**, foi sob a modalidade de Inexigibilidade de Licitação.



3.5 - RESULTADOS DA ÁREA FIM - QUANTIDADES

Total De Fiscalizações	0
- Proativas (Decorrentes de planos de fiscalização)	0
- Reativas (Decorrentes de denúncias, representações, etc.)	0
Denúncias	0
- Recebidas	0
- Analisadas	0
Tempo Médio Finalização De Processos	0
Profissionais Fiscalizados	0
- Pessoas Físicas	0
- Pessoas Jurídicas	0
Total De Autos De Infração E Notificações Semelhantes	0
Processos	0
- Instaurados	0
- Julgados	0

• Sanções aplicadas	0
- Censuras	0
- Advertências	0
- Multas	0
- Suspensões	0
- Cancelamento de Registo	0
- Outras	0
• Sem êxito na execução	0
- Arquivados por vício na notificação	0
- Arquivados por vício no auto de infração	0
- Arquivados sem confirmação de aplicação da penalidade	0
- Arquivados por outros motivos	0
- Encaminhados ao MP por exercício ilegal da profissão	0

Gestão das atividades relacionadas à arrecadação das multas aplicadas e cobrança de inadimplentes

I - INTRODUÇÃO

O sistema Conselho Federal de Enfermagem/Conselhos Regionais de Enfermagem foi criado pela Lei Federal n.º 5.905/1973 para disciplinar e fiscalizar o exercício profissional da enfermagem e de suas atividades auxiliares (art. 15). Atualmente a fiscalização em âmbito nacional ocorre com base na Resolução Cofen n.º 617/2019, que teve sua vigência a partir do dia 23/12/2019 e normatiza os processos, os fluxos e as atividades a serem desempenhadas pelos Departamentos de Fiscalização (DFIS) dos Conselhos Regionais de todo o país.

Com a **Pandemia provocada pelo novo Coronavírus (SARS-COV-2) os processos de trabalho dos Departamentos de Fiscalização foram alterados por duas vezes entres os anos de 2020 e 2021**, de maneira que as atividades da fiscalização normatizadas pela Resolução Cofen n.º 617/2019 foram redirecionadas. O período de redirecionamento das ações no ano de 2021 correspondeu a 160 dias (de março a agosto). O trabalho foi focado principalmente em ilegalidades relacionadas ao exercício profissional e nas condições de trabalho dos profissionais atuantes na linha de frente de combate à doença. Isso motivou a realização de um maior número de fiscalizações iniciais mensalmente e, no caso no DFIS/Coren-PA, menos necessidade de fiscalizações de retorno.

Em todos os momentos, o DFIS/Coren-PA entende que a partir da fiscalização do exercício profissional é possível zelar pelo bom conceito da enfermagem e daqueles que a exercem, buscando garantir à sociedade a prestação de assistência segura e livre de danos decorrentes de atos de negligência, imperícia e imprudência. Essa fiscalização, no entanto, precisa ser adequadamente planejada, monitorada e avaliada, ainda que o trabalho e as ações do DFIS necessitem de readequações periódicas, em atendimento às demandas institucionais.

Nessa perspectiva, apresentamos o “Relatório de Gestão do Departamento de Fiscalização do Conselho Regional de Enfermagem do Pará” exercício 2021, elaborado a partir do planejamento estratégico do Regional, metas institucionais de responsabilidade do DFIS e produtos oriundos das atividades de seu campo de atuação.

II – IDENTIFICAÇÃO

2.1 MISSÃO

- Fiscalizar o exercício profissional da enfermagem com eficiência, com foco na qualidade da assistência de enfermagem prestada à sociedade, bem como resguardar preceitos éticos e legais da profissão.

2.2 PRINCIPAIS OBJETIVOS

- Realizar fiscalização do exercício profissional segundo normativas do Conselho Federal de Enfermagem e Conselho Regional de Enfermagem do Pará.
- Reduzir o número de pessoas exercendo ilegalmente a enfermagem no estado;
- Promover qualidade à assistência de enfermagem prestada à sociedade paraense;
- Fomentar a arrecadação com subsequente redução da inadimplência;
- Fortalecer a imagem institucional junto aos profissionais de enfermagem e sociedade geral.

2.3 O DFIS NO COREN-PA

A estrutura do Conselho é colegiada e deliberativa, estando o DFIS na composição de sua base funcional, representada da seguinte forma:

O Plenário do Coren-PA é constituído por dez membros, sendo cinco efetivos e cinco suplentes. Sua Diretoria é composta por Presidente, Secretário e Tesoureiro. O organograma do Regional foi instituído pela Decisão Coren-PA n.º 026/2014 e nele constam seis Departamentos, entre eles o DFIS, subordinado à Diretoria do Conselho.

O organograma define como processos de trabalho do DFIS os fluxos para as ações de Fiscalização, de Registro de Pessoa Jurídica, de Anotação de Responsabilidade Técnica e de Averiguação de situação Inscricional de profissionais de enfermagem. A Decisão Coren-PA n.º 026/2014 estabelece, ainda, que o chefe do DFIS seja empregado público do quadro efetivo do Regional.

2.3.1 Infraestrutura do DFIS em 2021

O DFIS funcionou em uma única sala, sem divisórias, com estações de trabalho, móveis, equipamentos e outros recursos materiais de uso diário pela Coordenação, Enfermeiras fiscais, Agentes administrativos e Estagiários.

a) Recursos Materiais

Quadro 1. Relação de equipamentos e mobiliários do DFIS

Equipamento/Mobiliário	Quant.
Computador	09
Impressora a laser preto/branco	01
Nobreak	02
Telefone móvel	01
Estação de Trabalho para Enfermeiras fiscais, ag. adm. e estagiários(mesa com cadeira)	10
Mesa auxiliar	01
Cadeiras suplementares para uso do público externo	01
Armário de ferro para guarda de EPI	01
Armário de madeira para guarda de material de escritório	01
Armário de ferro com 04 gavetas para guarda dos PAD	02

b) Logística de transporte

Um veículo *Nissan Frontier*, um veículo *Ford Ranger* e um motorista (não exclusivos).

c) Principal sistema de informações

Sistema de dados de inscrição e cadastro de profissionais, dentre outras funcionalidades, *IncorpWare®*.

2.3.2 Pessoal no DFIS

a) Recursos humanos

Quadro 2. Relação de empregados públicos e estagiários

Descrição	Quant.
Enfermeiras fiscais em campo	05
Enfermeira fiscal em atividade interna	01
Enfermeira fiscal na Coordenação do Departamento	01
Enfermeiro fiscal cedido para o Cofen	01
Agentes administrativos	02
Estagiário	01
Total	12

Notas: 1) Carga horária de 40h semanais para o pessoal do DFIS, exceto estagiários, cuja carga horária é de 20h semanais; 2) Com o ingresso de uma nova fiscal na equipe em julho de 2021, **o número de fiscais em campo passou de cinco para seis enfermeiras** a partir do mês de outubro de 2021.

b) Dimensionamento de Enfermeiras fiscais

O quantitativo necessário de Enfermeiras fiscais para o cumprimento de meta de fiscalização de 100% dos serviços de enfermagem fiscalizáveis, na jurisdição do Regional, em um período de três anos, é de no mínimo **18 profissionais em campo**, considerando nossas estimativas calculadas a partir dos pressupostos da Resolução Cofen n.º 617/2019.

Por sua vez, no ano de 2021 o DFIS contou com o total de **seis Enfermeiras fiscais em campo**, garantindo a realização do maior número possível de fiscalizações proativas (decorrentes do Planejamento anual de fiscalizações) e reativas (decorrentes de denúncias, representações e outros), tendo em vista o atual número de fiscais, os demais recursos disponíveis e as demandas extraordinárias recebidas ou ocorridas no âmbito do Departamento.

III - MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DA FISCALIZAÇÃO

O monitoramento das atividades do DFIS é mensal, com uso de ferramentas gerenciais e instrumentos de supervisão e avaliação das atividades desenvolvidas por todos os membros da equipe. Nesse contexto, utilizamos no ano de 2021 principalmente os cronogramas de inspeções, os relatórios mensais de atividades da equipe e os relatórios mensais de indicadores da Fiscalização enviados ao Conselho Federal de Enfermagem.

IV – RESULTADOS

INDICADOR 1. PERCENTUAL DE FISCALIZAÇÕES PLANEJADAS REALIZADAS

Tabela 1. Número de fiscalizações planejadas e realizadas

	2019	2020	2021
Planejado	413	449	653
Meta	372	404	588
Realizado	384	428	549

Fonte: Planejamentos, relatórios mensais e relatórios de gestão anuais, DFIS/Coren-PA.

Figura 1. Percentual de fiscalizações planejadas realizadas

A Tabela 1 e a Figura 1 demonstram, respectivamente, em números absolutos e em percentuais, o universo das fiscalizações planejadas realizadas nos anos de 2019, 2020 e 2021. Por definição, as fiscalizações planejadas são também denominadas **fiscalizações proativas** e são decorrentes dos planos de fiscalização. Por outro lado, há as fiscalizações **reativas**, as quais decorrem de denúncias, representações por demandas de outros órgãos e outras situações (demandas de ofício da Presidência do Regional, por exemplo).

Destaca-se que nos dois últimos anos, em função da pandemia provocada pela Covid-19, a realização de fiscalizações proativas foi suspensa em dois períodos: de março a agosto de 2020 (cinco meses) e de abril a agosto de 2021 (quatro meses). Apesar disso, as metas planejadas para o ano de 2020 foram alcançadas, não ocorrendo o mesmo para o ano de 2021.

Sugere-se que isso aconteceu porque a partir de setembro de 2021, ao contrário de 2020, o retorno das ações para as fiscalizações proativas foi parcial e gradativo, de modo a atender as Diretrizes de Fiscalização do Cofen, que definiam a realização concomitante e mensal de fiscalizações proativas e reativas **específicas ao enfrentamento da Covid-19**, voltadas às necessidades da população e dos serviços de enfermagem no estado, frente a um cenário ainda pandêmico.

Por sua vez, a Tabela 1.1 demonstra o número e o percentual de fiscalizações proativas e reativas nos últimos anos. Observa-se que em 2020, o quantitativo de fiscalizações reativas reduziu em relação ao ano de 2019, quando o esperado era que esse quantitativo aumentasse, tendo em vista o aumento de denúncias recebidas na fiscalização em função da pandemia (aumento de 70 para 163 denúncias/ano)[1].

Tabela 1.1. Número de fiscalizações por tipo

		2019	2020	2021
Proativas	Total	305	387	440
	%	79	90	80
Reativas	Total	79	41	109
	%	21	10	20

Fonte: Relatórios mensais e relatórios de gestão anuais, DFIS/Coren-PA.

Acredita-se que, o número relativamente reduzido de fiscalizações proativas em 2020 se relacionou, em parte, com a não abertura de Processos de fiscalização para todas as **denúncias de Covid-19** recebidas no DFIS. Isso porque **muitas denúncias sequer possuíam os pré-requisitos legais** previstos na lei n.º 9.784/1999 e nas Resoluções Cofen n.º 310/2010 e n.º 617/2019 para a abertura de processos, o que tornou difícil e, em muitos casos, inviável a realização da fiscalização. Nesse sentido, um serviço de triagem de denúncias e de orientação prévia aos denunciadores seria fundamental no Regional, antes do acolhimento das denúncias no DFIS. No que se refere às fiscalizações proativas, de acordo com o Planejamento anual para 2022, objetiva-se realizar o total de 792 procedimentos (fiscalizações iniciais e retornos), com meta de cumprimento de pelo menos 90% desse total (n=713).

INDICADOR 2. FISCALIZAÇÕES DE RETORNO REALIZADAS E DENTRO DO PRAZO

Tabela 2. Número de fiscalizações de retorno realizadas e dentro do prazo

	2019	2020	2021
Planejado	190	167	155
Meta	133	117	109
Realizado	152	133	140

Fonte: Planejamentos anuais, relatórios mensais 2021 e relatório de gestão triênio 2018-2020, DFIS/Coren-PA.

Figura 2. Percentual de fiscalizações de retorno realizadas e dentro do prazo

A Tabela 2 e a Figura 2 demonstram as fiscalizações de retorno realizadas e dentro do prazo. Identificou-se divergência de dados entre os Relatórios mensais do DFIS e o Relatório de gestão triênio 2018-2020 do Coren-PA. Tendo em vista a meta de 70% definida na Resolução Cofen n.º 617/2019 para esse indicador, observa-se que entre os anos de 2019 e 2021 houve alcance de excelentes resultados, com destaque para o ano de 2021.

Entende-se a importante superação da meta de fiscalizações de retorno dentro do prazo no ano de 2021 esteve relacionada às fiscalizações reativas específicas para enfrentamento da Covid-19, as quais possuíam notificações com foco em identificar exclusivamente quatro inconformidades: a) inexistência ou ausência de enfermeiro; 2) inexistência de anotação de responsabilidade técnica de enfermagem; 3) exercício ilegal da enfermagem e; 4) subdimensionamento de pessoal de enfermagem. Isso porque nessas fiscalizações específicas, as notificações lavradas possuíam prazos menores do que aqueles normalmente concedidos e, para muitos casos, o retorno ao serviço fiscalizado sequer foi necessário. Nessa perspectiva, a desnecessidade de retorno aos serviços de Covid-19 explica a redução do quantitativo de fiscalizações de retorno planejadas nos anos de 2020 e 2021, em comparação com o ano de 2019.

Destaca-se que, mesmo quando foi necessário realizar fiscalizações de retorno nos anos de 2020 e 2021, o foco em apenas quatro inconformidades e a concessão de prazos menores no âmbito das fiscalizações de enfrentamento da Covid-19, associadas ao momento pandêmico do estado, tornou possível a priorização dessas fiscalizações, ao passo que determinou a sua realização em tempo mais célere, com a necessidade de construção e readequação dos planos de fiscalizações semanalmente.

As frequentes necessidades de readequação dos planos de fiscalização nos últimos anos, associadas à dinâmica da pandemia no estado e no país e ao surgimento de novas variantes da Covid-19, nos incentivaram a manter em 70% a meta de fiscalizações de retorno realizadas dentro do prazo para o ano de 2022.

INDICADOR 3. NÚMERO TOTAL DE DENÚNCIAS ATENDIDAS PELA FISCALIZAÇÃO

Tabela 3. Número total de denúncias atendidas pela fiscalização

	2019	2020	2021
Planejado	59	36	69
Meta	47	29	57
Realizado	40	41	63

Fonte: Planejamentos, relatórios mensais e relatórios de gestão anuais, DFIS/Coren-PA.

Figura 3. Percentual de denúncias atendidas pela fiscalização

A Tabela 3 e a Figura 2 demonstram as denúncias atendidas pela fiscalização, referindo-se especificamente aos Processos abertos no Regional para a devida apuração pelo DFIS, e não ao universo de denúncias recebidas no Departamento. Nesse sentido, observa-se que nos anos de 2019 e 2021 houve maior número de denúncias qualificadas e consequente abertura de Processos de denúncias para a fiscalização, contudo em 2019 as metas não foram atingidas. Isso se deu em função de dificuldades de deslocamentos de fiscais para os municípios-sede dos serviços e profissionais de enfermagem denunciados no interior do estado, dentre outras situações que interferiram nos planos de fiscalização daquele ano. Naturalmente, o não atendimento de todas as denúncias no ano de 2019 determinou, em parte, a superação das metas nos anos de 2020 e 2021, tendo em vista que algumas denúncias de 2019 foram averiguadas nesses dois últimos anos. Destaca-se que o atendimento de denúncias de 2019 somente no ano de 2021 se deu porque em 2020 foram priorizadas as denúncias específicas relacionadas à Covid-19. Por outro lado, com base nas informações apresentadas justifica-se o número discreto planejado para o atendimento de denúncias pela fiscalização no ano de 2020, em função principalmente do baixo número de processos de denúncia abertos, apesar do elevado número de denúncias desqualificadas recebidas naquele primeiro ano da pandemia. Para o ano de 2022 espera-se que o problema seja reduzido, assim como se espera alcançar a meta de no mínimo 83% de denúncias atendidas pela fiscalização.

INDICADOR 4. PERCENTUAL DE INSTITUIÇÕES COM ATIVIDADES EDUCATIVAS PRODUZIDAS EM RAZÃO DA FISCALIZAÇÃO

Tabela 4. Número total de instituições com atividades educativas produzidas pelo Conselho Regional em razão da fiscalização

	2020	2021
Planejado	36	69
Meta	29	57
Realizado	41	63

Fonte: Planejamentos, relatórios mensais e relatórios de gestão anuais, DFIS/Coren-PA.

Figura 4. Percentual de instituições com atividades educativas produzidas pelo Conselho Regional em razão da fiscalização

Considera-se toda fiscalização realizada uma atividade educativa, preventiva e disciplinadora, que preconiza o exercício da enfermagem por profissionais habilitados, capacitados e comprometidos com os princípios éticos e legais que norteiam a prestação de serviços de enfermagem à sociedade.

Nessa perspectiva, apresentam-se as instituições com atividades educativas em razão da fiscalização, contudo se esclarece que esses dados dizem respeito exclusivamente às ações produzidas pelas enfermeiras fiscais, durante as inspeções nas instituições, para “educar” os profissionais fiscalizados no âmbito de temas técnicos da profissão, quando durante a fiscalização foram detectadas falhas técnicas cometidas pelos profissionais no exercício da enfermagem. Assim, não se tratam de ações educativas (outras) realizadas pelo Conselho Regional nas instituições. Esse indicador passou a ser acompanhado a partir do ano de 2020, sem parâmetros anteriores, motivo pelo qual o número planejado pareceu discreto em relação ao realizado naquele ano. Por outro lado, mesmo após o aumento considerável do número de atividades educativas planejadas para o ano de 2021, houve expressiva superação da meta de 60% programada para todos os anos, sugerindo que essa meta e indicador devem ser mais bem definidos e analisados no ano de 2022.

INDICADOR 5. NÚMERO DE PROCESSOS ARQUIVADOS POR CUMPRIMENTO DA NOTIFICAÇÃO

Tabela 5. Número de processos arquivados por cumprimento da notificação

	2020	2021
Planejado	21	89
Meta	15	62
Realizado	15	74

Fonte: Planejamentos, relatórios mensais e relatórios de gestão anuais, DFIS/Coren-PA.

Figura 5. Percentual de processos arquivados por cumprimento da notificação

A Tabela 5 e a Figura 5 demonstram os processos arquivados por cumprimento da notificação em números absolutos e em percentuais, respectivamente. O indicador passou a ser acompanhado a partir do ano de 2020, contudo os dados já eram utilizados para outros relatórios trabalhados no DFIS.

Observa-se que a meta de 70% foi superada nos dois anos, e que houve expressivo aumento do número de processos arquivados por cumprimento da notificação no ano de 2021. Sugere-se que isso ocorreu porque muitos processos de fiscalização proativa do ano de 2020 e de anos anteriores foram arquivados somente em 2021, após permanecerem sobrestados por meses durante a primeira e a segunda onda de casos da Covid-19.

Além disso, acredita-se que os prazos adicionais que as instituições obtiveram em 2020 e 2021, por causa dos processos sobrestados, contribuíram de algum modo para o cumprimento das notificações e, conseqüentemente, para o desfecho final dos processos no último ano. Ainda sobre 2021, observa-se o elevado número de processos arquivados por inexistência de notificação, além de processos arquivados por perda de objeto e outros motivos, dentre eles a prescrição (Tabela 5.1).

Tabela 5.1 Número de processos arquivados por motivo

	2021	%
Inexistência de notificação	101	46%
Cumprimento de notificação	74	34%
Perda de objeto	31	14
Outros motivos	13	6%
Total	219	100

Fonte: Relatório mensal DFIS/Coren-PA, 2021.

Os processos arquivados por perda de objeto se referem a fiscalizações em instituições cujos serviços de enfermagem se encontravam fechados permanentemente, e instituições onde se constatou não existirem profissionais em exercício da enfermagem. Por sua vez, o expressivo número de processos arquivados por inexistência de notificação em 2021 está relacionado à realização de fiscalizações específicas para enfrentamento da Covid-19 e seu foco em notificações com apenas quatro inconformidades. Destaca-se que, para o ano de 2022 a meta de processos arquivados por cumprimento da notificação permanecerá em 70%.

INDICADOR 6. PERCENTUAL DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS RECURSOS DA FISCALIZAÇÃO

Tabela 6. Execução orçamentária dos recursos da fiscalização

	2020	2021
Planejado (R\$)	1.604.256,00	2.305.050,79
Meta (R\$)	1.604.256,00	2.305.050,79
Realizado (R\$)	1.280.189,00	1.162.442,38

Fonte: Planejamentos, relatórios mensais e relatórios de gestão anuais, DFIS/Coren-PA.

A Tabela 6 e a Figura 6 demonstram a execução orçamentária dos recursos da fiscalização nos últimos dois anos, por meio da qual é possível visualizar que a meta prevista para o período não foi alcançada. Destaca-se que esse indicador passou a ser acompanhado a partir do ano de 2020, em atendimento à Resolução Cofen n.º 617/2019. Segundo a normativa, cada Regional deverá investir anualmente o valor percentual mínimo de 20% de sua receita líquida para a execução do planejamento da fiscalização.

Figura 6. Percentual de execução orçamentária dos recursos da fiscalização

Os dados apresentados demonstram a execução orçamentária direta e indireta dos recursos com as atividades da fiscalização, e incluem despesas com diárias, passagens, combustível e folhas de pagamentos das enfermeiras fiscais e agentes administrativos da fiscalização.

Ressalta-se que a pandemia da Covid-19 determinou nos últimos dois anos o aumento da receita do Regional, tendo em vista a maior empregabilidade dos profissionais de enfermagem, em função da alta demanda na rede de serviços de saúde de todo o estado, e a consequente necessidade de cada profissional estar habilitado e com situação financeira regular junto ao Conselho.

Em função do aumento da receita do Regional, e consequente aumento do valor dos recursos a serem destinados à fiscalização, foi elaborado o “Projeto de reestruturação do DFIS”, em maio de 2021, visando subsidiar a gestão do Regional quanto às necessidades e possibilidades de investimento na fiscalização. Destaca-se que a meta desse indicador para o ano de 202 permanece em 20%.

INDICADOR 7. INSTITUIÇÕES FISCALIZADAS

Tabela 7. Número de instituições fiscalizadas

	2019	2020	2021
Planejado	278	360	573
Meta	209	270	430
Realizado	252	371	470

Fonte: Planejamentos, relatórios mensais e relatórios de gestão anuais, DFIS/Coren-PA.

Tabela 7.1. Instituições e número de profissionais fiscalizados

	2019	2020	2021
Instituições fiscalizáveis no estado	3.039	3.039	3.327
% de Instituições fiscalizadas	8%	12%	14%
N.º de profissionais fiscalizados	4.589	4.099	11.742

Fonte: Planejamentos, relatórios mensais e relatórios de gestão anuais, DFIS/Coren-PA.

As Tabelas 7 e 7.1 demonstram respectivamente o quantitativo de pessoas jurídicas e de profissionais fiscalizados no período de 2019 a 2021, destacando-se que todas as metas planejadas foram ultrapassadas, e que o número de profissionais fiscalizados mais que dobrou no ano de 2021. Entende-se que esse fenômeno ocorreu devido ao aumento do número de fiscalizações em postos e pontos de vacinação-Covid-19 (fixos e volantes) na capital e no interior, com maior número de viagens a serviço para esse fim e maior número de levantamentos e de inspeções focadas e céleres, que consequentemente permitiram alcançar maior número de profissionais em exercício da enfermagem no estado.

No que diz respeito ao percentual de pessoas jurídicas fiscalizadas, entende-se que o aumento observado nos anos de 2020 e 2021 também é consequência do aumento no número de fiscalizações em função da pandemia da Covid-19, e que esse número tende a diminuir no ano de 2022, acompanhando a redução dos indicadores epidemiológicos da doença. Por isso, para o ano de 2022 o número de instituições a serem fiscalizadas foi reduzido para o total de 374.

INDICADOR 8. MUNICÍPIOS ALCANÇADOS

Tabela 8. Municípios alcançados pela fiscalização

	2019	2020	2021
Planejado	-	39	46
Meta	-	29	35
Realizado	28	23	42
% de municípios alcançados	19%	16%	29%

Fonte: Planejamentos, relatórios mensais e relatórios de gestão anuais, DFIS/Coren-PA.

A Tabela 8 demonstra os municípios alcançados pela fiscalização no período de 2019 a 2021. O estabelecimento de metas para esse indicador se deu a partir do ano de 2020 e, naquele mesmo ano, observou-se o menor percentual de municípios alcançados pela fiscalização. Isso ocorreu porque em 2020 as fiscalizações se concentraram na capital Belém e região metropolitana, com a consequente redução do número de viagens a serviço da fiscalização para inspeções em outros municípios.

Destaca-se que o percentual de municípios alcançados pela fiscalização ao longo dos anos não é cumulativo, tendo em vista que os municípios se repetem frequentemente. Também se considera importante ressaltar que nenhum município é alcançado em sua totalidade, no que diz respeito ao total de instituições fiscalizáveis, porém sempre que possível, um maior número de fiscais é destinado à realização do maior número possível de inspeções em um mesmo município. Para o ano de 2022 busca-se alcançar com as fiscalizações o total de 39 municípios.

INDICADOR 9. NÚMERO TOTAL DE NOTIFICAÇÕES EMITIDAS

Tabela 9. Autos de infração e notificações semelhantes emitidas

	2019	2020	2021
Realizado	365	191	351

Fonte: Relatórios mensais e relatórios de gestão anuais, DFIS/Coren-PA.

A Tabela 9 demonstra o total de notificações emitidas pela fiscalização, incluindo os autos de infração. Destaca-se que a suspensão de fiscalizações proativas por alguns meses nos anos de 2020 e 2021, o aumento de fiscalizações reativas para enfrentamento da Covid-19 e o uso de notificações com foco apenas em quatro inconformidades foram as razões pelas quais o número de notificações foi reduzido em 2020 e 2021, quando comparado ao ano de 2019.

As três principais ilegalidades identificadas no período foram: inexistência de Anotação de Responsabilidade Técnica de Enfermagem, inexistência ou ausência de enfermeiro e exercício ilegal da enfermagem; as principais irregularidades foram inexistência ou inadequação de documentos relacionados ao gerenciamento dos processos de trabalho da enfermagem, inexistência ou inadequação de registros relativos à assistência de enfermagem prestada e exercício irregular da enfermagem. Essas inconformidades se mostram como principais temas à atuação do Regional e da fiscalização em busca do cumprimento de sua missão e objetivos no ano de 2022.

CONCLUSÃO

Por meio deste relatório de gestão das atividades do DFIS nos anos de 2019 a 2021 foi possível demonstrar que houve aumento do número de fiscalizações planejadas realizadas. Em todos os anos ultrapassamos a meta de 80% definida pelo Cofen na Resolução n.º 617/2019, e em 2019 e 2020 ultrapassamos nossa própria meta de 90% para esse indicador.

A maioria das fiscalizações foi classificada como proativas, sendo essas fiscalizações iniciais e retornos realizados para averiguar o cumprimento de notificações. Nos anos de 2020 e 2021 a maioria das fiscalizações ocorreu em centros de saúde, unidades básicas de saúde, unidades de saúde da família, hospitais e **hospitais de campanha, centros de triagem e diagnóstico e pontos de vacinação específicos contra a Covid-19.**

Observa-se que para três indicadores da fiscalização, em todos os anos analisados, as metas foram superadas (*fiscalizações de retorno realizadas e dentro do prazo, percentual de instituições com atividades educativas produzidas em razão da fiscalização e número de instituições fiscalizadas*). Por outro lado, para um indicador específico não se alcançou a meta em nenhum dos anos analisados (*percentual de execução orçamentária dos recursos da fiscalização*).

Compreende-se que, de modo geral, para promover avanços nos processos de fiscalização é preciso investir em recursos tecnológicos, capacitações e organização de dados e informações em sistemas informatizados competentes. É preciso readequar o fluxo dos processos da fiscalização entre os setores do Regional, para conferir maior celeridade às ações e para desfechos mais favoráveis evitando, por exemplo, o arquivamento de processos por motivo de prescrição. Além disso, considera-se importante que haja acolhimento e triagem adequada às denúncias e representações recebidas no Regional, antes de serem enviadas à fiscalização, para garantir que as atividades técnicas da equipe sejam priorizadas, em detrimento de esforços e de tempo dedicado à obtenção dos pré-requisitos legais que toda denúncia deveria possuir, sendo essa uma responsabilidade do próprio denunciante. Ressalta-se que necessitamos de computadores mais ágeis e resolutivos, *notebooks, smartphones, impressoras* e outros recursos, além de comunicação efetiva e mais colaboração dos demais departamentos da Autarquia, para o que se exige sensibilidade e decisão política para além da destinação de recursos financeiros.

1 - DÍVIDA ATIVA

Com a continuidade da PANDEMIA, através de suas variantes, o planejamento para o exercício de 2021, continuou comprometido, pois, com a prorrogação do vencimento das anuidades de 2021, por 120 (cento e vinte dias), através da Resolução Cofen 663/2021 e com a suspensão da cobrança administrativa, bem como nas fases inscritas em Dívida Ativa e em Execução Fiscal, por 120 (cento e vinte dias), Resolução Cofen 664/2021, as atividades precípuas da cobrança foram direcionadas para atividades complementares.

Os fatos relatados, comprometeram todo o cronograma de 2021, visto que, com a suspensão temporária da cobrança efetiva, direcionamos as atividades para o atendimento presencial dos profissionais, via Ouvidoria, visto que, houve um aumento impactante neste seguimento, bem como o atendimento as Subseções via aplicativo (ZAP).

Em conjunto, com essas atividades descritas acima, continuamos dando andamentos em todas as demais demandas administrativas, tais como: revisão de pagamento, ressarcimento, prescrição, baixa manual dos pagamentos das anuidades e averiguação financeira de RT, para o Departamento de Fiscalização. Como o foco foi para as demandas administrativas e com a suspensão de emissão de Notificações de Cobrança, os procedimentos para produção dos PAF, foi comprometido seriamente elevando ainda mais o DEFICT na produção, comprometendo assim, a inscrição em dívida ativa, bem como o envio dos processos a Procuradoria Geral, para Execução fiscal. Além, dos problemas ocasionados pela PANDEMIA, ainda tivemos problemas técnicos e de infraestrutura, pois, no mês de novembro, ocorreu uma nova perda de dados (PASTA DA COBRANÇA), que foi extraída do DNA e as informações e controles foram perdidas, somente uma parte das informações foram restabelecidas pelo Departamento de TI.

Com base, nos relatórios, que conseguimos resgatar, preparamos quadros demonstrativos de inscritos em DA, quantitativo de recebimentos apurados no ano em curso referente ao exercício e aos exercícios anteriores (2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021), como já mencionado, como as suspensões das cobranças em todas as fases, não foram inscritos profissionais em DA, no ano- calendário de 2021. Esses valores foram apurados através do sistema INCORPWARE.

1.1. Quantitativo de Inscrições em DA no Coren-PA, no Período de Janeiro a Dezembro 2021 e os Valores Recebidos dos Exercícios de 2015 a 2021.

Quantitativo de CDA P/Contabilidade 2021			CDA Enviada a PROGER para execução fiscal		Recebimento Apurado de Dívida Ativa (2015 a 2021)	
Mês	Valor (R\$)	Qtd.	Valor (R\$)	Qtd.	Valor (R\$)	Qtd.
Janeiro					9.793,23	67
Fevereiro					11.641,39	72
Março					15.821,05	92
Abril					10.487,42	73
Mai					15.733,37	93
Junho					17.571,63	94
Julho					16.602,49	86
Agosto					16.176,99	92
Setembro					11.694,79	80
Outubro					11.859,24	83
Novembro					14.672,17	74
Dezembro					15.912,75	73
Total à					167.966,52	979

Fonte: Relatório sistema InCorpWare® 2021.

1.2. Quantitativo de Inscrições em DA no Coren-PA, no Período de Janeiro a Dezembro 2019 e os Valores Recebidos dos Exercícios de 2015 a 2019.

Quantitativo de CDA P/Contabilidade 2019			CDA Enviada a PROGER para execução fiscal		Recebimento Apurado de Dívida Ativa (2015 a 2019)	
Mês	Valor (R\$)	Qtd.	Valor (R\$)	Qtd.	Valor (R\$)	Qtd.
Janeiro	23.172,48	33	9.899,55	06	15.176,44	67
Fevereiro	67.970,38	72	46.358,19	29	18.904,58	101
Março	90.820,92	87	67.749,07	46	25.027,84	109
Abril	44.666,83	41	29.265,33	18	19.764,59	108
Maio	3.475,95	06	0,0	00	26.573,88	115
Junho	0,0	00	0,0	00	24.412,71	111
Julho	48.633,72	65	29.566,33	24	23893,07	99
Agosto	53.541,64	53	44.494,93	33	22.276,46	90
Setembro	23.779,56	31	15.351,29	12	20.550,17	94
Outubro	15.621,64	16	11.208,97	09	18.641,35	80
Novembro	16.425,94	19	9.321,58	07	12.815,48	52
Dezembro	8.861,95	12	6.287,39	05	17.500,53	66
Total à	396.971,01	435	269.502,63	189	245.537,10	1.092

Fonte: Relatório sistema IncorpWare® 2019.

1.2.1. Quantitativo de Recebimentos de Inscritos em DA, nos Exercícios de 2015, 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020 recebidos nos exercícios.

Quantitativo de CDA P/Contabilidade 2020			CDA Enviada a PROGER para execução fiscal		Recebimento Apurado de Divida Ativa (2015 a 2020)	
Mês	Valor (R\$)	Qtd.	Valor (R\$)	Qtd.	Valor (R\$)	Qtd.
Janeiro	0,00	0,0	0,00	0,0	17.817,55	62
Fevereiro	25.525,31	25	16.213,95	09	16.085,72	76
Março	0,00	0,0	0,00	0,0	16.989,40	74
Abril	0,00	0,0	0,00	0,0	7.723,42	51
Mai	0,00	0,0	0,00	0,0	6.269,90	52
Junho	0,00	0,0	0,00	0,0	8.537,34	51
Julho	0,00	0,0	0,00	0,0	13.244,76	59
Agosto	0,00	0,0	0,00	0,0	8.472,50	50
Setembro	0,00	0,0	0,0	0,0	12.636,05	78
Outubro	52.468,53	45	36.248,68	18	9.528,78	61
Novembro	8.364,10	07	6.708,45	03	13.478,06	71
Dezembro		0,0	0,0	0,0	19.270,49	91
Total à	86.357,94	77	59.171,08	30	150.053,99	776

Fonte: Relatório sistema IncorpWare® 2020.

Pode-se verificar que com a ausência de inscritos em DA, houve uma queda em 100% na produção dos PAF levando-se em consideração o exercício de 2019 e 2020, conforme mencionado anteriormente, o ano de 2021, foi totalmente atípico e os números demonstram essa realidade. Em relação aos valores monetários dos PAF, recebidos já inscritos em Divida Ativa no ano de 2021, houve uma redução de 31,59% em relação a 2019 e em comparação a 2020, ocorreu um aumento de arrecadação de 10,67% no valor dos processos recebidos já inscritos DA.

Quanto à quantidade de processos inscritos DA de 2021, houve uma queda na produção, de 100% em relação ao ano de 2019 e 2020. Já em relação aos processos qualificados, para serem encaminhados a Procuradoria, em termos monetários, houve um deficit de 100% entre o ano 2019 e 2020 em relação a 2021.

Todos esses fatores, impactaram diretamente na produção dos PAF, o que levaram a ausência de profissionais inscritos em DA, bem como a inscrição de profissionais em Execução Fiscal, impactando também na receita da autarquia.

O foco da atividade fim desse Departamento é NOTIFICAR ADMINISTRATIVAMENTE, o profissional referente ao débito e posterior inscrição em DA, como em virtude, da continuidade da PANDEMIA, a cobrança administrativa das anuidades foram suspensas, durante um período de 120 (cento e vinte dias) e após esse período, as demandas das demais atividades é que nortearam o departamento, em função do aumento do fluxo do atendimento, tanto presencial como via Ouvidoria e demais canais de atendimento, as notificações realizadas nesse interim, foram retidas para preparação e conclusão dos PAF no ano de 2022.

1.3. Quantitativo de Recebimentos de Inscritos em DA, referente aos Exercícios de 2015, 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020, recebidos no ano- calendário 2021.

MÊS	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	TOTAL
Jan/2021	575,07	3.383,02	1.083,81	3.230,44	1.454,02	66,87	0,00	9.793,23
FeV/2021	322,48	4.002,83	1.449,44	1.764,65	2.895,92	1.206,07	0,00	11.641,39
Mar/2021	389,51	3.580,15	3.408,41	3.195,70	3.282,49	1.964,79	0,00	15.821,05
Abr/2021	372,62	2.204,96	1.808,97	3.610,05	1.665,64	825,18	0,00	10.487,42
Mai/2021	1.104,66	4.653,35	2.081,35	2.326,58	4.242,25	1.325,18	0,00	15.733,37
Jun/2021	810,06	2.686,80	2.467,89	5.292,12	4.686,33	1.628,43	0,00	17.571,63
Jul/2021	1.221,21	2.435,45	2.969,40	3.100,60	2.987,94	3.887,89	0,00	16.602,49
Ago/2021	1.684,35	2.188,26	4.001,18	2.548,63	4.529,01	1.225,56	0,00	16.176,99
Set/2021	1.365,86	1.953,73	1.894,15	2.996,13	2.293,10	1.191,82	0,00	11.694,79
Out/2021	1.480,69	1.596,27	2.450,21	1.890,62	3.196,92	1.244,53	0,00	11.859,24
Nov/2021	1.104,42	2.853,22	5.170,13	2.723,63	2.086,14	734,63	0,00	14.672,17
Dez/2021	1.735,27	1.499,81	2.430,09	1.384,20	3.956,81	4.906,57	0,00	15.912,75
Total	12.166,20	33.037,85	31.215,03	34.063,35	37.276,57	20.207,52	0,00	167.966,52

Fonte: Relatório sistema InCorpWare® 2021.

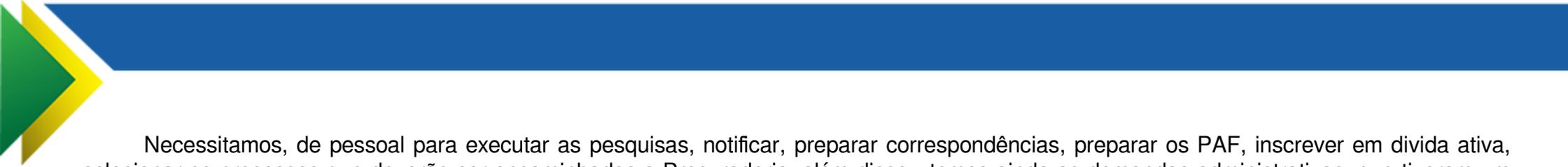
2 - ATIVIDADES SECUNDÁRIAS

Reforçando, o que já foi mencionado ao norte, muito de nossos esforços, foram para atender as atividades secundárias desenvolvidas pela equipe do Departamento. Ressalta-se que estas demandas, descritas no quadro 2.1. São importantes, pois atendem as necessidades dos profissionais de Enfermagem.

2.1. Demonstrativos de atividades secundárias.

ITENS	Qtd.
MEMORANDO RESPONDIDOS	55
E-MAILS ENVIADOS /ZAP	250
BAIXAS DE PAGAMENTO (MANUAIS)	853
CARTA ENVIDA NOTIFICAÇÃO/BOLETOS	250
RESSARCIMENTO RESPONDIDO	55
PRESCRIÇÃO DE PAGAMENTO	932
DUPLICIDADE DE PAGAMENTO DE ANUIDADE	38
RESPOSTAS PARA OUVIDORIA	680
PAFS PARA CHAMADA POR EDITAL	150
AVERIGUAÇÃO DE RT	25
ATENDIMENTO PRESENCIAL	280
TOTAL	3.568

E, para concluir, esses dois últimos anos, houve um comprometimento de toda a programação, que tínhamos, para o Departamento de Cobrança, nossa atividade fim foi comprometida como um todo, por diversas razões já especificadas ao norte, mas o que mais compromete é a carência de mão de obra, para as várias fases do processo, até se chegar a fase de inscrição em dívida ativa.

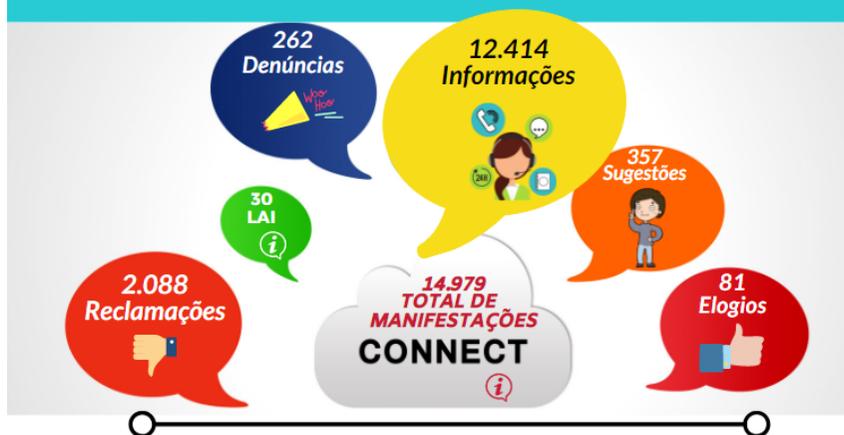


Necessitamos, de pessoal para executar as pesquisas, notificar, preparar correspondências, preparar os PAF, inscrever em dívida ativa, seleccionar os processos que deverão ser encaminhados a Procuradoria, além disso, temos ainda as demandas administrativas, que tiveram um aumento de mais de 80% de um ano para o outro, pois com as restrições impostas pela PANDEMIA, levaram muitos profissionais a buscar atendimento on-line e como não ocorreu, evolução no quadro funcional, não temos como fazer frente a INADIMPLÊNCIA, pois não possuímos meios (infraestrutura, equipamentos e pessoas) para atender essa demanda represada.

Esse Departamento, detém um potencial financeiro elevado, visto que, mesmo sem inscrever um único profissional em DA, continuamos a arrecadar, lógico! não como deveria! mas nesse cenário, ainda é um valor razoável. É imprescindível que haja ampliação do quadro funcional, pois, como já dito anteriormente, a função precípua está comprometida.

#Acompanhando as Demandas

Ouvidoria



RESOLUTIVIDADE

No Índice de Resolutividade é a quantidade de solicitação do demandante feita para o COREN-PA sob a quantidade de solicitação atendida. Registrando 53% das solicitações atendidas.



PESQUISA DE SATISFAÇÃO

O serviço de Ouvidoria é avaliado com um preenchimento opcional de uma pesquisa que pode ser feito a qualquer tempo ao acessar o Sistema de Ouvidoria-DF. Como o maior beneficiário do controle social é o profissional de enfermagem, nada mais adequado do que ele mesmo avaliar a nossa atuação na prestação dos serviços, sendo apurado um índice de 82% de satisfação.

979

MONITORAMENTOS das 1.852 Respostas encaminhadas dos Setores do COREN PA para os nossos profissionais de Enfermagem.

1.351

ATENDIMENTO AO PÚBLICO com avaliação do profissionais através dos canais disponibilizados no COREN-PA.

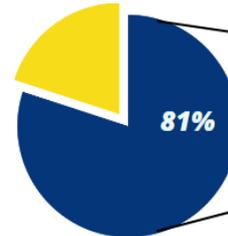
#Ética nas Instituições

RESOLUÇÃO COFEN 593/2018



COMISSÕES DE ÉTICA NAS INSTITUIÇÕES

Representam o COREN-PA nas instituições de saúde com as funções educativas, consultivas, de conciliação, orientação e vigilância ao exercício ético e disciplinar dos profissionais de enfermagem.



Com base na Resolução COFEN e Decisão COREN-PA Nº 040/2019 foram 21 solicitações para a implantações de Comissão de Ética e concedida 17 COMISSÕES correspondendo 42% das solicitações.



COMISSÃO DE INSTRUÇÃO DO COREN-PA

Em 2021, foram instituídas 03 Comissões de Instrução, que desenvolveram suas atividades fins na sede da autarquia, para que estas dessem continuidade ao rito processual, com notificação e oitiva das partes envolvidas e das testemunhas.

Em 2021 as 03 Comissões desenvolveram as atividades trabalhando com 56 PROCESSOS ÉTICOS sendo julgados 53 pelo plenário desta autarquia





3.6 - GESTÃO DE PESSOAS

Percentual de fiscais em relação ao total de colaboradores

0%

Membros de poder e agentes políticos

Exercício	Funcionários Ativos	Funcionários Inativos	Pensionistas	Total
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00

Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade

Exercício	Funcionários Ativos	Funcionários Inativos	Pensionistas	Total
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00

Servidores de carreira SEM VÍNCULO com órgão da unidade

Exercício	Funcionários Ativos	Funcionários Inativos	Pensionistas	Total
-----------	---------------------	-----------------------	--------------	-------

2021	0,00	0,00	0,00	0,00
------	------	------	------	------

2020	0,00	0,00	0,00	0,00
------	------	------	------	------

Servidores SEM VINCULO com a administração pública (exceto temporários)

Exercício	Funcionários Ativos	Funcionários Inativos	Pensionistas	Total
-----------	---------------------	-----------------------	--------------	-------

2021	0,00	0,00	0,00	0,00
------	------	------	------	------

2020	0,00	0,00	0,00	0,00
------	------	------	------	------

Servidores cedidos com ônus

Exercício	Funcionários Ativos	Funcionários Inativos	Pensionistas	Total
-----------	---------------------	-----------------------	--------------	-------

2021	0,00	0,00	0,00	0,00
------	------	------	------	------

2020	0,00	0,00	0,00	0,00
------	------	------	------	------

Servidores com contrato temporário

Exercício	Funcionários Ativos	Funcionários Inativos	Pensionistas	Total
-----------	---------------------	-----------------------	--------------	-------



2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00

Justificativa para aumento/diminuição

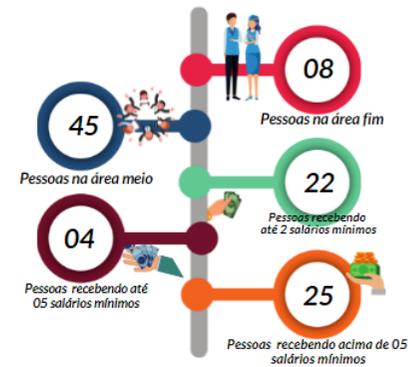
Informações adicionais

PESSOAS, TALENTOS

A política de gestão com pessoas pode representar um diferencial competitivo importante e é crucial quando o desafio é distribuído espacialmente, como acontece com o COREN-PA.



A aplicação das pessoas é crucial na repercussão das organizações. O que uma autarquia é, ou o que ela não é, é diretamente proporcional a esta distribuição. No COREN-PA, tão importante quanto o próprio provimento de pessoal é a sua distribuição feita da seguinte forma:



EVOLUÇÃO DA DESPESA 2019 - 2021





3.7 - GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Contratações mais relevantes

Objetivos estratégicos associados

Justificativas para as contratações

Participação nos processos de contratação

Principais tipos

Justificativas para realização

Licitações em 2021

13

PROCESSOS LICITATÓRIOS



02

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO art. 25 Lei 8.666 / 93

R\$ 93.375,00

Serviço de manutenção de software INCORP - R\$ 18.375,00

Contratação de serviços de postagens e malote - ECT - R\$ 75.000,00

11

DISPENSAS DE LICITAÇÃO art. 24 Lei 8.666 / 93

R\$ 477.336,27



CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS e AQUISIÇÕES

Contratação de empresa especializada em organização de eventos a serem promovidos pelo COREN-PA - R\$ 48.600,00;

Aquisição de materiais institucionais e contratação de serviços - R\$ 428.736,27;

RELAÇÃO DE SERVIÇOS E AQUISIÇÕES

Material de higiene e descartáveis R\$ 17.342,00

Generos alimentícios R\$ 15.724,00

Papel A4 R\$ 10.500,00

Manutenção preventiva e corretiva de impressoras R\$ 26.830,00

Equipamentos de informática R\$ 47.994,00

Reforma sem ampliação das instalações do Coren/PA R\$ 94.168,45

Manutenção de veículos R\$ 81.750,00

Limpeza e manutenção emergencial R\$ 84.029,82

Suprimentos de informática R\$ 43.995,00

Serviços de vigilância eletrônica por 180 dias R\$ 6.403,00



4 - INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

- 4.1 - Resumo da situação e do desempenho contábil
- 4.2 - Declaração do Contador / Opinião dos Auditores Externos
- 4.3 - Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e Notas Explicativas
- 4.4 - Informações acerca do setor de contabilidade
- 4.5 - Gestão orçamentária e financeira
- 4.6 - Gestão Patrimonial e Infraestrutura
- 4.7 - Gestão de custos

4.1 - RESUMO DA SITUAÇÃO E DO DESEMPENHO CONTÁBIL

Resumo da situação financeira contábil

Os dispêndios programados pela gestão para o exercício foram cumpridos, avaliando o quadro financeiro positivo. A arrecadação do Coren-Pa é sazonal, ocorrendo principalmente no primeiro trimestre do ano. Isto possibilitou que a programação dos dispêndios acompanhasse o desenvolvimento favorável da arrecadação.

Os dispêndios ficaram em patamares inferiores aos ingressos por adequações realizadas pela gestão em investimentos e novas contratações, que foram postergadas em função de trâmites licitatórios.

O Orçamento, inicialmente aprovado pelo Plenário do COREN-PA, no valor global de R\$ 13.221.081,47 (Treze milhões, duzentos e vinte e um mil, oitenta e um reais, e quarenta e sete centavos.), sofreu 03 (três) reformulações orçamentárias durante o exercício de 2021, e encerrou o exercício com o valor de R\$ 17.567.153,89 (Dezesseis milhões, quinhentos e sessenta e sete mil, cento e cinquenta e três reais e oitenta e nove centavos.).

No exercício de 2021, constata-se um superávit orçamentário de R\$ 5.474.439,94 (Cinco milhões, quatrocentos e setenta e quatro mil, quatrocentos e trinta e nove reais, e noventa e quatro centavos.), ou seja, para cada R\$ 1,00 de receita arrecadada tem-se R\$ 0,68 de despesa realizada. A receita arrecadada ultrapassou 31,24% do valor da despesa realizada.

Receita Executada	17.522.100,67	100%
Despesa Executada	12.047.660,73	68,76%
Diferença	5.474.439,94	31,24%

Convém mencionar que a Entidade encerrou o exercício de 2021 com o montante de R\$ 10.258.613,56 (Dez milhões, duzentos e cinquenta e oito mil, seiscentos e treze reais, e cinquenta e seis centavos.) no seu Ativo Financeiro- Disponível e Disponível Vinculada a Aplicações Financeiras, ou seja, valor disponível em conta corrente, e apresentou um superávit financeiro no valor de R\$ 10.026.775,59 (Dez milhões, vinte e seis mil, setecentos e setenta e cinco reais, e cinquenta e nove centavos.), bem como no exercício de 2020 apresentou um montante disponível em caixa de R\$ 4.820.762,23 (Quatro milhões, oitocentos e vinte mil, setecentos e sessenta e dois reais, e vinte e três centavos.) e apresentou um superávit financeiro no valor de R\$ 4.665.107,61 (Quatro milhões, seiscentos e sessenta e cinco mil, cento e sete reais e sessenta e um centavos.).

Ativo Financeiro	10.317.585,37	
Passivo Financeiro	290.809,78	
TOTAL	10.026.775,59	

O Resultado Patrimonial do exercício de 2021 apresentou um superávit na ordem de R\$ 7.598.247,65 (Sete milhões, quinhentos e noventa e oito mil, duzentos e quarenta e sete reais e sessenta e cinco centavos).

O Patrimônio Líquido totalizou um montante de R\$ 30.927.280,07 (Trinta milhões, novecentos e vinte sete mil, duzentos e oitenta reais e sete centavos.)

Patrimônio Líquido	2021	2020
Ajustes de Exercícios Anteriores		18.897,17
Resultado do Exercício	7.598.247,65	9.778.820,51
Resultado de Exercícios Anteriores	23.329.032,42	13.531.314,74
TOTAL	30.927.280,07	23.329.032,42

O patrimônio é constituído de recursos próprios, sofrendo variações em decorrência de superávits ou déficits apurados anualmente.

Face ao exposto, observa-se que o Coren-PA demonstrou em 02 exercícios consecutivos, superávit financeiro e orçamentário, e ainda manteve um aumento anual na arrecadação da receita.

Tal resultado, justifica-se pelo rigoroso acompanhamento da execução orçamentária e a **implantação das políticas necessárias para alcançar a integralidade da arrecadação.**

Evolução no exercício de referência em comparação com o último exercício

Com relação as receitas do Conselho Regional de Enfermagem do Pará, estas tem origem na cobrança de anuidades, taxas de serviços e multas que por se tratarem de obrigações pecuniárias de contribuintes perante um órgão público adquirem o aspecto tributário, uma vez que seu fato gerador o exercício regular de poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto a sua disposição. Situação que encontra-se em consonância com a Lei 5.172/1966 em especial os artigos 3º, 5º, 77, 79, 114, 115 e 121.

As receitas patrimoniais são provenientes de juro e correção da poupança e juros de aplicações financeiras realizadas durante o exercício.

A Lei 5.905/1973 nos artigos 1º e 3º estabelece que os Conselhos Federal e Regionais de Enfermagem constituem em seu conjunto uma Autarquia Federal vinculada ao Ministério do Trabalho, estando os Conselhos Regionais hierarquicamente subordinados ao Conselho Federal. Já os artigos 10 e 16 definem a constituição e distribuição das receitas entre os Conselhos Federal e

Regionais de enfermagem, definindo que ¼ ou 25% das receitas arrecadadas pelos Conselhos Regionais de enfermagem deverão ser repassados ao Conselho Federal, sendo essas receitas oriundas da cobrança de anuidades, taxa de expedição das carteiras profissionais, multas aplicadas, doações e legados, subvenções oficiais, e empresas ou entidades particulares e rendas eventuais.

A Lei 11.000/2004 em seu artigo 2º autorizou os conselhos de fiscalização de profissões a fixar, cobrar e executar as contribuições anuais devidas por pessoas físicas e jurídicas, bem como as multas e taxas de serviços relacionadas com suas atribuições legais e ainda considerou tais receitas como próprias desses conselhos.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO 2021 (ARRECADADO)			
CATEGORIA ECONÔMICA	2021	2020	VARIAÇÃO %
RECEITA CORRENTE (I)	17.522.100,67	18.982.127,35	-7,69%
Receita Tributária	0,00	0,00	0,00%
Receita de Contribuições	14.627.955,42	11.544.003,86	26,71%
Receita Patrimonial	310.654,07	43.584,28	612,77%
Receita de Serviços	2.576.025,93	1.450.910,42	77,55%
Transferências Correntes	5.893,63	5.940.000,00	-99,90%
Outras Receitas Correntes	1.571,62	3.628,79	-56,69%
RECEITA CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00%
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00%
Alienação Bens	0,00	0,00	0,00%
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00%
Transferências Capital	0,00	0,00	0,00%
Outras Receitas Capital	0,00	0,00	0,00%
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (III)	0,00		0,00%
TOTAL R\$	17.522.100,67	18.982.127,35	-7,69%

Em uma análise comparativa com o exercício de 2020, o Regional teve um aumento de arrecadação na ordem de 34,35%, o que demonstra uma evolução nesse particular, mesmo considerando a situação política e econômica que atravessa o País.

Vale ressaltar que os percentuais apresentados foram calculados excluindo os valores repassados pelo COFEN através do Programa de Apoio e

Fortalecimento Institucional de Enfermagem no exercício de 2020, na ordem de R\$ 5.940.000,00 para a aquisição da nova sede do COREN-PA.

As Receitas Patrimoniais aumentaram aproximadamente 612%, quando comparamos os exercícios de 2020 e 2021, este aumento se justifica pelo fato de que no ano 2021, foram modificadas as aplicações financeiras utilizadas pelo Regional junto ao Banco do Brasil, bem como o valor disponível para as aplicações.

CATEGORIA ECONÔMICA	2021	VARIAÇÃO %
RECEITA CORRENTE (I)		
Receita de Contribuições	14.627.955,42	83,48%
Receita Patrimonial	310.654,07	1,78%
Receita de Serviços	2.576.025,93	14,70%
Transferências Correntes	5.893,63	0,03%
Outras Receitas Correntes	1.571,62	0,01%
RECEITA CAPITAL (II)		
Operações de Crédito	0,00	0,00%
Alienação Bens	0,00	0,00%
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00%
Transferências Capital	0,00	0,00%
Outras Receitas Capital	0,00	0,00%
TOTAL R\$	17.522.100,67	100,00%

Percebe-se que as Receitas de Contribuição - Anuidades de Pessoas Físicas representaram aproximadamente 83% da receita total arrecadada.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO 2021 (EMPENHADO)			
CATEGORIA ECONÔMICA	2021	2020	VARIAÇÃO %
DESPEZA CORRENTE (I)	11.999.666,73	10.251.174,54	17,06%
Pessoal e Encargos Sociais	4.869.831,73	4.517.622,37	7,80%
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00%
Outras Despesas Correntes	7.129.835,00	5.733.552,17	24,35%
DESPEZA CAPITAL (II)	47.994,00	6.039.552,30	-99,21%
Investimentos	47.994,00	6.039.552,30	-99,21%
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00%
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00%
TOTAL R\$	12.047.660,73	16.290.726,84	-26,05%

Conforme pode ser observado no Demonstrativo das Despesas Comparadas entre os exercícios de 2020 e 2021, o valor total da despesa realizada no exercício de 2020 perfez R\$ 16.290.726,84, enquanto em 2021 alcançou R\$ 12.047.660,73, caracterizando uma diminuição nos gastos em 2021 de 26,05%.

No grupo das despesas de capital observa-se diminuição de 99,21%, em razão do investimento realizado no exercício de 2020, com a aquisição da nova sede do Regional. Enquanto que no exercício de 2021, o investimento foi no valor de R\$ 47.994,00, referente a aquisição de 10 (dez) Notebooks Samsung, 01 (um) Nobreak 2200VA, 01 (um) módulo de bateria e 03 (três) leitores de código de barras linear flash.

CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
DESPESA CORRENTE	16.298.212,06	11.999.666,73	11.999.666,73	11.938.739,83
Pessoal e Encargos Sociais	5.301.802,34	4.869.831,73	4.869.831,73	4.869.831,73
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	10.996.409,72	7.129.835,00	7.129.835,00	7.068.908,10
DESPESA CAPITAL	1.268.941,83	47.994,00	47.994,00	47.994,00
Investimentos	1.268.941,83	47.994,00	47.994,00	47.994,00
Inversões Financeiras				
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL R\$	17.567.153,89	12.047.660,73	12.047.660,73	11.986.733,83

Com relação a despesa, o Regional cumpriu efetivamente seus gastos, mantendo-se na média estabelecida na lei de responsabilidade fiscal, eis que, elaborou sua proposta orçamentária para o exercício de 2021, fixando gastos na ordem de R\$- 17.567.153,89 e a efetiva execução da despesa se deu na ordem de R\$- 12.047.660,73 correspondendo a uma economia de aproximadamente 31,42%.

Das Despesas correntes foram destinados 40,42% para as despesas de pessoal, 35,70% com transferências correntes, 23,48% com outras despesas correntes.

As transferências correntes são os repasses realizados ao Cofen a título de cota-parte, que no exercício de 2021 apresentou um montante de R\$ 4.300.995,35.

O COREN/PA cumpri o que preceitua a legislação que regulamenta a matéria, especialmente a lei nº 4.320/64; Lei nº 101/2000; bem como as demais legislações referentes a Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial do sistema COFEN/Conselhos Regionais de Enfermagem.

Responsável	Ana Paula Thury Cruz
Cargo	
Registro Profissional	CRC11618/o-5
Entidade	CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO PARÁ
Data inicial do período de atuação	01/01/2021
Data final do período de atuação	31/12/2021



4.2 - DECLARAÇÃO DO CONTADOR / OPINIÃO DOS AUDITORES EXTERNOS

ANEXO - Declaração do Contador - Vide anexo do tópico 4.2 no final da seção

4.3 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS

Nome	Descrição
Balanço Financeiro.pdf	Balanço Financeiro
Balanço Orçamentário.pdf	Balanço Orçamentário
Balanço Patrimonial.pdf	Balanço Patrimonial
Demonstrativo do Fluxo de Caixa.pdf	Demonstrativo do Fluxo de Caixa

Link para consulta: <http://ouvidoria.cofen.gov.br/coren-pa/transparencia/prestacoes-de-contas/>

ANEXO - Nota Explicativa 2021 - Nota Explicativa 2021 - Vide anexo do tópico 4.3 no final da seção

ANEXO - Variacoes Patrimoniais 2021 - Variacoes Patrimoniais 2021 - Vide anexo do tópico 4.3 no final da seção

4.4 - INFORMAÇÕES ACERCA DO SETOR DE CONTABILIDADE

Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com as disposições da Lei 4.320/64, Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público- MCASP, Plano de Contas Aplicado ao Setor Público- PCASP, bem como as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor público, observando ainda as disposições do Conselho Federal de Contabilidade, assim como as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC T 16.10).

As demonstrações contábeis são compostas por:

Balanco Financeiro, Balanco Patrimonial, Balanco Orcamentario, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa, e Notas Explicativas.

Link para consulta: <http://ouvidoria.cofen.gov.br/coren-pa/transparencia/prestacoes-de-contas/>

4.5 - GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Nome	Descrição
Despesas por Grupo e Elemento de Despesa (Relatorio) 2021.pdf	Despesas por Grupo e Elemento de Despesa (Relatório)
Despesas por Grupo e Elemento de Despesa (Gráfico de Barra Empilhada) 2021.pdf	Despesas por Grupo e Elemento de Despesa (Gráfico de Barra Empilhada)
Despesas por Grupo e Elemento de Despesa (Gráfico de Pizza - Pago) 2021.pdf	Despesas por Grupo e Elemento de Despesa (Gráfico de Pizza - Pago)
Despesas por Grupo e Elemento de Despesa (Gráfico de Pizza - Empenhado) 2021.pdf	Despesas por Grupo e Elemento de Despesa (Gráfico de Pizza - Empenhado)
Despesas por Grupo e Elemento de Despesa (Gráfico de Pizza - Liquidado) 2021.pdf	Despesas por Grupo e Elemento de Despesa (Gráfico de Pizza - Liquidado)
Despesas por Grupo e Elemento de Despesa (Gráfico de Pizza - Resto a Pagar) 2021.pdf	Despesas por Grupo e Elemento de Despesa (Gráfico de Pizza - Resto a Pagar)

O Coren-Pa tem respaldado seus gastos em plena observância às normas vigentes, cumpriu efetivamente seus gastos, mantendo-se na média estabelecida na lei de responsabilidade fiscal, eis que, adotou medidas rigorosas com vistas a manter o equilíbrio orçamentário e financeiro, bem como o alcance do cumprimento das metas estabelecidas.

A Despesa Orçamentária Realizada atingiu R\$ 12.047.660,73 correspondendo aproximadamente 68,58% do total fixado de R\$ 17.567.153,89, compondo-se da seguinte forma:

CATEGORIA ECONÔMICA	FIXAÇÃO LOA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
DESPESA CORRENTE	12.377.139,64	12.377.139,64	16.298.212,06	11.999.666,73	11.999.666,73	11.938.739,83
Pessoal e Encargos Sociais	5.101.802,34	5.101.802,34	5.301.802,34	4.869.831,73	4.869.831,73	4.869.831,73
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	7.275.337,30	7.275.337,30	10.996.409,72	7.129.835,00	7.129.835,00	7.068.908,10
DESPESA CAPITAL	843.941,83	843.941,83	1.268.941,83	47.994,00	47.994,00	47.994,00
Investimentos	843.941,83	843.941,83	1.268.941,83	47.994,00	47.994,00	47.994,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00				
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA						
TOTAL R\$	13.221.081,47	13.221.081,47	17.567.153,89	12.047.660,73	12.047.660,73	11.986.733,83

O valor total de despesas empenhadas em 2021 do grupo de despesas de pessoal foi de R\$ 4.869.831,73.

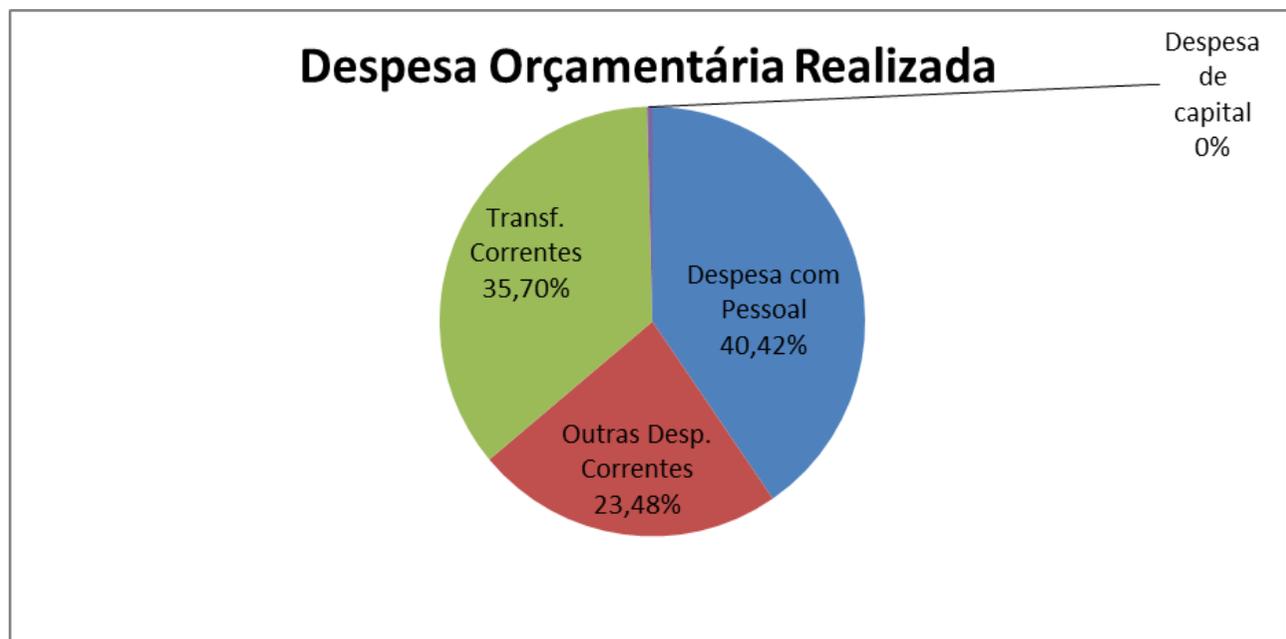
Registre-se que as despesas com pessoal, obedece os limites estabelecidos na Constituição Federal e demais normas aplicáveis, eis que, alcança o percentual de 27,79%.

APURAÇÃO DO LIMITE COM DESPESAS DE PESSOAL (LEI 101/2000, ART. 19, I)		
ITEM	NATUREZA DA RECEITA	VALOR R\$
01	RECEITA CORRENTE	17.522.100,67
02	(-) Deduções da Receita Corrente	0,00
02.01	(-) Especificar	
02.02	(-) Especificar	
03	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (BASE DE CÁLCULO ART. 19, I) (1-2)	17.522.100,67
04	PESSOAL CIVIL (Despesa Empenhada)	4.869.831,73
05	(-) Despesas não computadas (ART 19,§ 1º)	0,00
05.01	(-) Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	
05.02	(-) Decorrentes de Decisão Judicial	
05.03	(-) Despesas de Exercícios Anteriores	
05.04	(-) Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	
05.05	(-) Outras deduções (elaborar nota explicativa)	
06	OUTRAS DESPESAS - CONTRATOS TERCEIRIZAÇÃO (ART 18,§ 1º)	
07	TOTAL DESPESA COM PESSOAL (4-5+6)	4.869.831,73
08	PERCENTUAL APURADO C/ DESPESAS DE PESSOAL	27,79%
09	LIMITE MÁXIMO PERMITIDO (50%)	8.761.050,34
10	LIMITE PRUDENCIAL RECOMENDADO (47,5%)	8.322.997,82

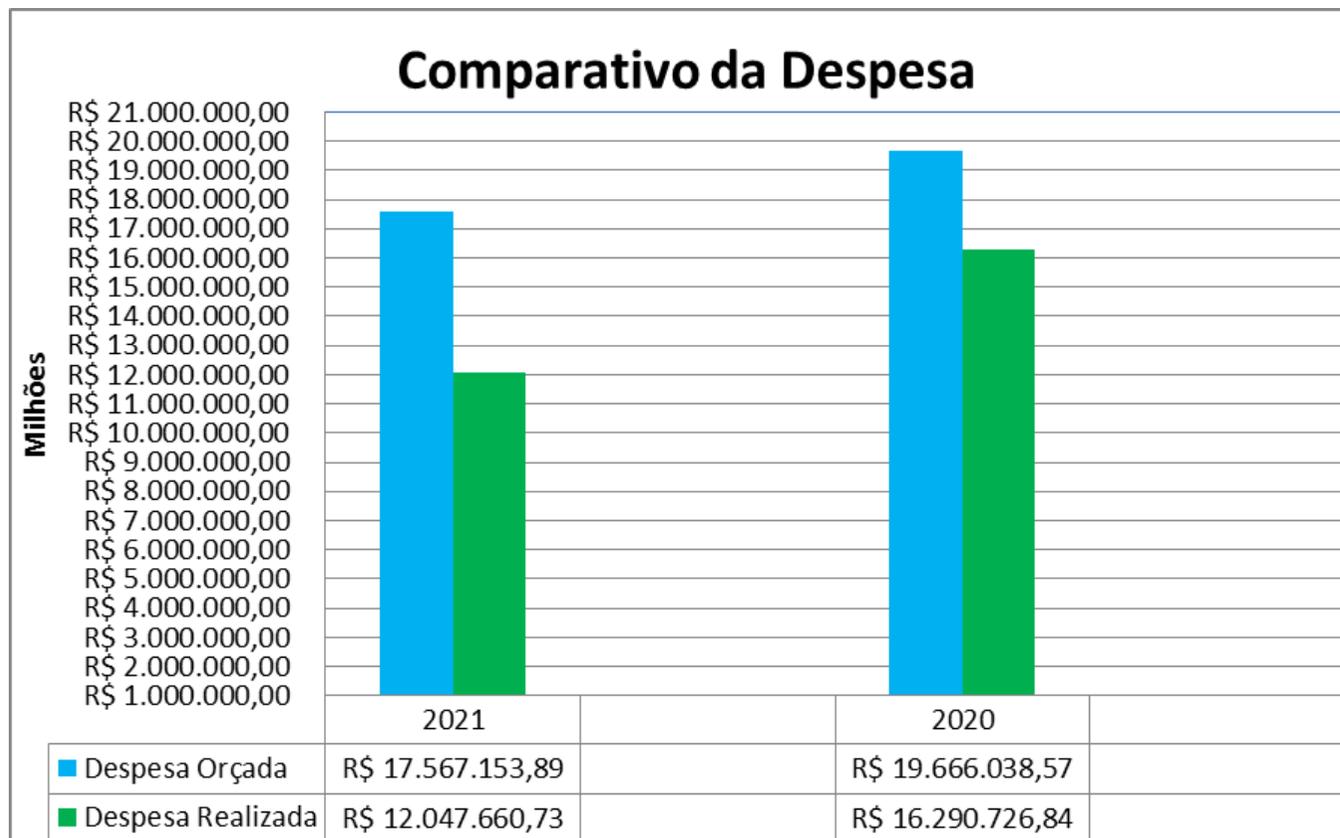
As transferências correntes são os repasses realizados ao Cofen a título de cota-parte, que no exercício de 2021 apresentou um montante de R\$ 4.300.995,35.

APURAÇÃO DO VALOR TRANSFERIDO AO COFEN (LEI5.905/73, ART. 10)		
Item	NATUREZA DA RECEITA	VALOR R\$
1	Receita de Contribuições	14.627.955,42
2	Receitas de Serviços	2.576.025,93
3	Outras Receitas	
A	BASE DE CALCULO ART. 10	17.203.981,35
B	TRANSFERÊNCIA CALCULADA (A x 25%)	4.300.995,34
C	TRANSFERÊNCIA INFORMADA - REGIONAL	4.300.995,34

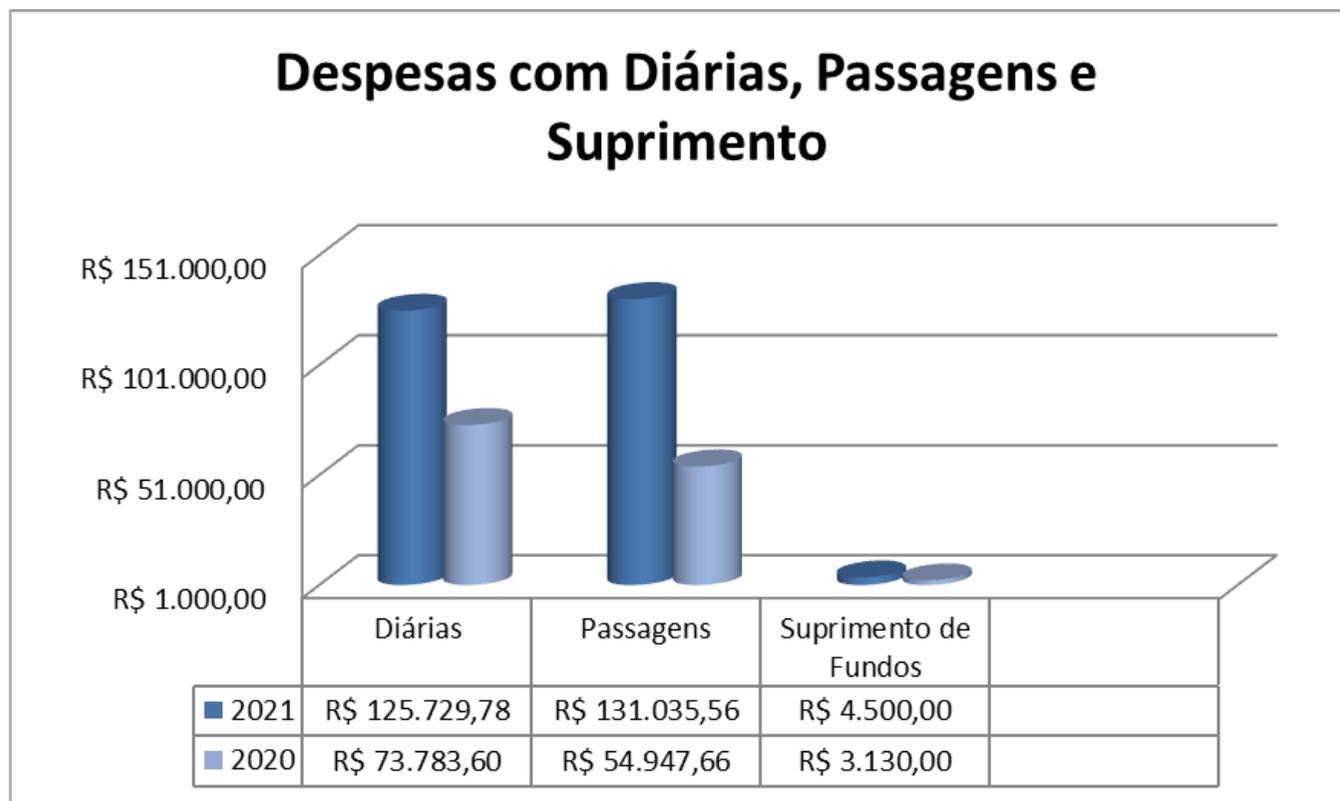
Observa-se que houve empenho em despesas de capital no exercício de 2021 com alteração na conta Bens Móveis, referente a aquisição de 10 (dez) Notebooks Samsung, 01 (um) Nobreak 2200VA, 01 (um) módulo de bateria e 03 (três) leitores de código de barras linear flash, no valor de R\$ 47.994,00.



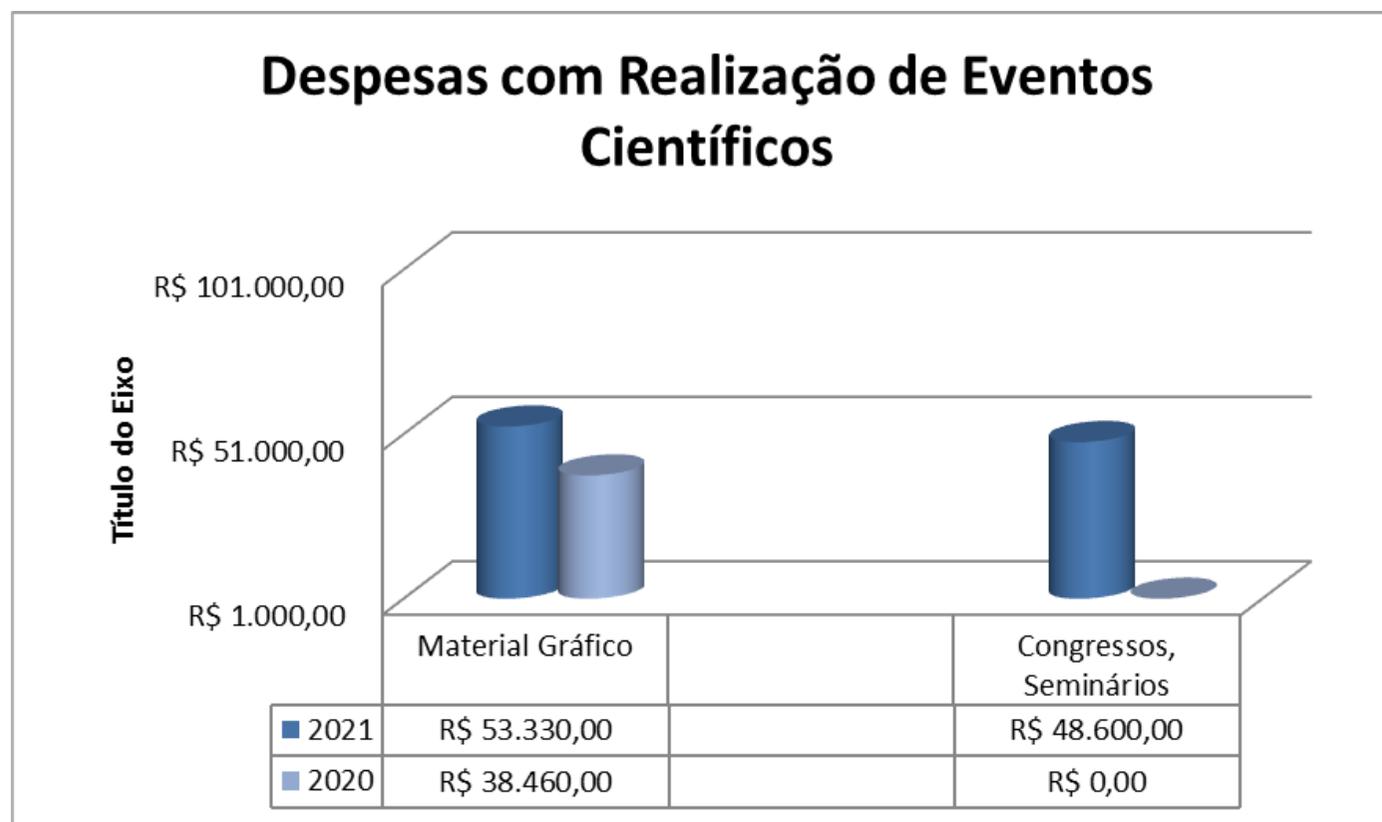
O Regional elaborou sua proposta orçamentária para o exercício de 2021, fixando gastos na ordem de R\$- 17.567.153,89 e a efetiva execução da despesa se deu na ordem de R\$- 12.047.660,73 correspondendo a uma economia de aproximadamente 31,42%.



As despesas com pagamento de diárias aumentaram em 70,40%, com relação ao exercício de 2020. Despesas com passagens, um aumento de 138,47% no ano de 2021, com relação ao ano de 2020 e as despesas com suprimento de fundos o aumento foi de 43,77%.

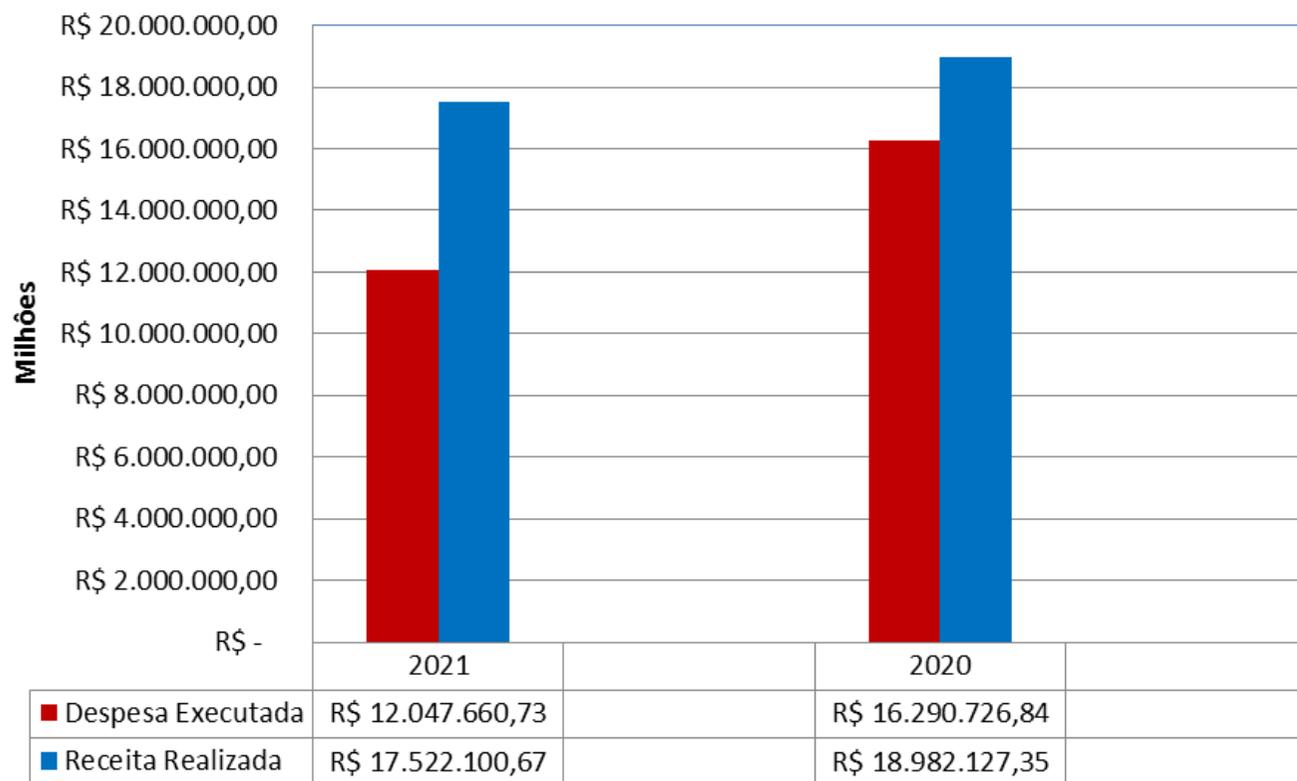


No que tange as rubricas de material gráfico e Congressos/seminários, pode-se afirmar que ocorreu um aumento com relação a 2020.



As despesas executadas foram de R\$ 12.047.660,73 e as receitas arrecadadas foram de R\$ 17.522.100,67.

Comparativo 2021/2020



As despesas executadas tiveram uma diminuição na ordem de 26,05% com relação ao exercício de 2020. Esta diferença ocorreu em virtude da compra da nova sede do Coren-PA no ano de 2020.



4.6 - GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA

Principais investimentos de capital

No exercício de 2021, houve investimento de capital, **com** alteração na conta Bens Móveis, referente a aquisição de 10 (dez) Notebooks

Samsung, 01 (um) Nobreak 2200VA, 01 (um) módulo de bateria e 03 (três) leitores de código de barras linear flash, no Valor de R\$ 47.994,00.

Avaliação do seu custo-benefício e impacto sobre os objetivos estratégicos

A sistematização, atualização e depreciação do patrimônio do Coren-PA de forma global, está em fase de estruturação.

A atual gestão está comprometida em consolidar a rotina de gestão patrimonial centralizada, envolvendo as fases de compras, pós-compras e desfazimento, bem como o fortalecimento e reestruturação do setor responsável pela gestão de patrimônio, otimizando os fluxos dos processos e procedimentos internos;

Ressalta-se ainda, o desenvolvimento de conjunto de indicadores de gestão de forma a subsidiar o planejamento e gestão no Regional e a implantação do plano de Manutenção Preventiva destinada aos bens móveis.

Conformidade Legal

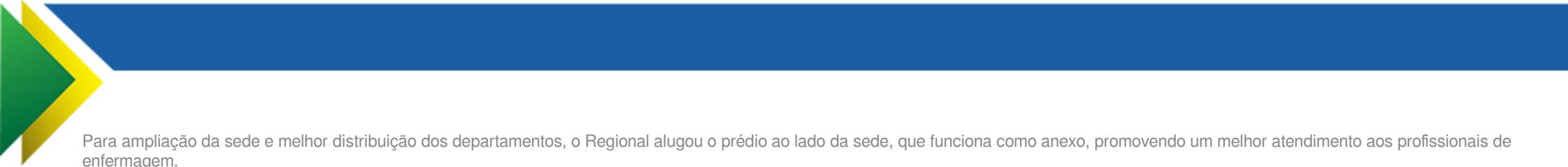
Lei nº 4.320/64, Lei Complementar nº 101/200, Resolução COFEN nº 484/2015, que Institui e implementa o Manual de Patrimônio e demais instrumentos legais que regem a gestão patrimonial na Administração Pública.

Desfazimento de ativos

Não houve, no exercício de 2021, processo de desfazimento de ativos no âmbito da instituição.

Locações de imóveis e equipamentos

O Coren-PA possui 04 quatro subseções em interior do estado, Altamira, Marabá, Santarém e Redenção, funcionando em imóveis alugados.



Para ampliação da sede e melhor distribuição dos departamentos, o Regional alugou o prédio ao lado da sede, que funciona como anexo, promovendo um melhor atendimento aos profissionais de enfermagem.

O valor dos alugueis totalizou um montante de R\$ 159.542,65 (Cento e cinquenta e nove mil, quinhentos e quarenta e dois reais e sessenta e cinco centavos) no exercício de 2021.

Mudanças e desmobilizações relevantes

No exercício de referência deste relatório, o Coren-PA não realizou nenhuma mudança ou desmobilização relevante, não havendo, portanto, sistemática a ser descrita.

4.7 - GESTÃO DE CUSTOS

Estimativa de custos por área de atuação

O COREN-PA atualmente não possui um sistema de controle de custos. No intuito de corrigir esta inconformidade, a autarquia no exercício de 2022 adquiriu um sistema de centro de custos e deverá apresentar este item no exercício de 2022.

Principais desafios e ações futuras para alocação mais eficiente de recursos e melhoria da qualidade dos gastos

- a) Promover o desenvolvimento organizacional por meio da adequação da infraestrutura, do investimento em recursos tecnológicos, da desburocratização dos processos e da capacitação das pessoas;
- b) Implementar critérios e forma de redução dos gastos, quando houver risco da receita prevista não ser arrecadada;
- c) Implementar o controle de custos e avaliação dos resultados;
- d) Contratar empresa especializada para o serviço de digitalização de documentos;
- e) Contratar empresa especializada para reavaliação do ativo imobilizado;
- f) Manter o equilíbrio entre as receitas e as despesas, para não gastar mais do que se arrecada;
- g) Reduzir a inadimplência dos profissionais por meio do processo de conciliação;



Anexo do tópico 4.2

DECLARAÇÃO DO CONTADOR



DECLARAÇÃO DO CONTADOR

Declaro que os demonstrativos contábeis apresentados nesta prestação de contas (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, e Demonstração Fluxo de Caixa previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) referente ao exercício de 2021, refletem os seus aspectos mais relevantes a situação orçamentária, financeira e patrimonial do Coren-PA, exceto as ressalvas apontadas.

Ressalvas:

- a) Nas contas de Bens Móveis e Bens Imóveis, não ocorreram reavaliações e / ou reduções dos Bens adquiridos em exercícios anteriores a 2021, em face de problemas técnicos, operacionais e estruturais ocorridos na Autarquia. No entanto, este Conselho já está adotando medidas para a correção da inconformidade.
- b) Informo ainda, que não houve o registro contábil de depreciação dos Bens adquiridos em 2021 e nos exercícios anteriores, em face de problemas técnicos, operacionais e estruturais ocorridos na Autarquia. No entanto, este Conselho já está adotando medidas para a correção da inconformidade.

Belém (PA), 25 de fevereiro de 2022.

ANA PAULA THURY CRUZ

Chefe da Contabilidade

CRC N° 11618/O-5- PA



Anexo do tópico 4.3

BALANÇO FINANCEIRO.PDF - BALANÇO FINANCEIRO

COREN/PA

Conselho Regional de Enfermagem do Pará

CNPJ: 04.734.406/0001-59

Período: 01/01/2021 a 31/12/2021

Balanco Financeiro

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária	17.522.100,67	18.982.127,35	Despesa Orçamentária	12.047.660,73	16.290.726,84
RECEITA REALIZADA	17.522.100,67	18.982.127,35	CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR		601,16
RECEITAS CORRENTE	17.522.100,67	18.982.127,35	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	60.926,90	89.099,19
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	14.627.955,42	11.544.003,86	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO PAGO	11.986.733,83	16.201.026,49
CONTRIBUIÇÃO DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS OU ECONÔMICAS	14.627.955,42	11.544.003,86	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO PAGO - DESPESA CORRENTE	11.938.739,83	10.161.474,19
ANUIDADES - PESSOAS FÍSICAS	14.562.667,63	11.492.508,28	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.869.831,73	4.517.622,37
ANUIDADES DO EXERCÍCIO - PF	8.597.037,68	7.700.862,83	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.068.908,10	5.643.851,82
ANUIDADES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - PF	5.965.629,95	3.791.645,45	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO PAGO - DESPESA CAPITAL	47.994,00	6.039.552,30
ANUIDADES - PESSOAS JURÍDICAS	65.287,79	51.495,58	INVESTIMENTOS	47.994,00	39.552,30
ANUIDADES DO EXERCÍCIO - PJ	43.525,64	32.522,13	INVERSÕES FINANCEIRAS		6.000.000,00
ANUIDADES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - PJ	21.762,15	18.973,45			
RECEITAS PATRIMONIAIS	310.654,07	43.584,28			
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	310.654,07	43.584,18			
RECEITAS DE APLICAÇÃO FINANCEIRAS	310.654,07	43.584,18			
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS		0,10			
RECEITAS DE SERVIÇOS	2.576.025,93	1.450.910,42			
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	2.576.025,93	1.450.910,42			
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.893,63	5.943.050,57			

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS		5.940.000,00			
TRANSFERÊNCIAS DO CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM - COFEN		5.940.000,00			
PLATEC – RESOLUÇÃO COFEN		5.940.000,00			
TRANSFERÊNCIAS DE DEPÓSITOS NÃO IDENTIFICADOS	5.893,63	3.050,57			
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.571,62	578,22			
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTO	1.570,62	577,28			
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	1,00	0,94			
Transferências Financeiras Recebidas			Transferências Financeiras Concedidas		
Recebimentos Extraorçamentários	1.246.834,84	1.426.477,62	Pagamentos Extraorçamentários	1.283.423,45	1.518.926,22
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		601,16	Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	601,16	150.059,00
Inscrição de Restos a Pagar Processados	60.926,90	89.099,19	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	89.099,19	47.274,26
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	818.497,50	746.752,25	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	818.256,25	744.692,65
Outros Recebimentos Extraorçamentários	367.410,44	590.025,02	Outros Pagamentos Extraorçamentários	375.466,85	576.900,31
Saldo em espécie do Exercício Anterior	4.820.762,23	2.221.810,32	Saldo em espécie para o Exercício Seguinte	10.258.613,56	4.820.762,23
Caixa e Equivalente de Caixa	4.820.762,23	2.221.810,32	Caixa e Equivalente de Caixa	10.258.613,56	4.820.762,23
Depósitos. Rest. Vlr Vinculados			Depósitos. Rest. Vlr Vinculados		
Total:	23.589.697,74	22.630.415,29		23.589.697,74	22.630.415,29

Belém-PA, 31 de dezembro de 2021

Danielle Cruz Rocha
Presidente

790.350.192-53

Alessandra de Nazaré Correa de Carvalho
Tesoureira

621.388.712-15

Ana Paula Thury Cruz
Contadora

651.496.612-87



Anexo do tópico 4.3

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO.PDF - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Balanco Orçamentário

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTE	13.221.081,47	17.567.153,89	17.522.100,67	-45.053,22
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	11.693.113,19	14.629.185,61	14.627.955,42	-1.230,19
CONTRIBUIÇÃO DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS OU ECONÔMICAS	11.693.113,19	14.629.185,61	14.627.955,42	-1.230,19
ANUIDADES - PESSOAS FÍSICAS	11.618.896,43	14.524.968,85	14.562.667,63	37.698,78
ANUIDADES - PESSOAS JURÍDICAS	74.216,76	104.216,76	65.287,79	-38.928,97
RECEITAS PATRIMONIAIS	70.732,28	220.732,28	310.654,07	89.921,79
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	66.732,28	216.732,28	310.654,07	93.921,79
RECEITAS DE APLICAÇÃO FINANCEIRAS	66.732,28	216.732,28	310.654,07	93.921,79
DEMAIS RECEITAS PATRIMONIAIS	4.000,00	4.000,00	0,00	-4.000,00
RECEITAS DE SERVIÇOS	1.428.236,00	2.678.236,00	2.576.025,93	-102.210,07
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	1.428.236,00	2.678.236,00	2.576.025,93	-102.210,07
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	10.000,00	5.893,63	-4.106,37
TRANSFERÊNCIAS DE DEPÓSITOS NÃO IDENTIFICADOS	0,00	10.000,00	5.893,63	-4.106,37
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	29.000,00	29.000,00	1.571,62	-27.428,38
MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E JUDICIAIS - CONSOLIDAÇÃO	3.000,00	3.000,00	0,00	-3.000,00
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTO	21.000,00	21.000,00	1.570,62	-19.429,38
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	5.000,00	5.000,00	1,00	-4.999,00
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00
SUB-TOTAL DAS RECEITAS	13.221.081,47	17.567.153,89	17.522.100,67	-45.053,22

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS			PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
DÉFICIT			0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL			13.221.081,47	17.567.153,89	17.522.100,67	-45.053,22
DESpesas ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESpesas EMPENHADAS	DESpesas LIQUIDADAS	DESpesas PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
CREDITO DISPONIVEL - DESPESA CORRENTE	12.377.139,64	16.298.212,06	11.999.666,73	11.999.666,73	11.938.739,83	4.298.545,33
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.101.802,34	5.301.802,34	4.869.831,73	4.869.831,73	4.869.831,73	431.970,61
APLICAÇÕES DIRETAS	5.101.802,34	5.301.802,34	4.869.831,73	4.869.831,73	4.869.831,73	431.970,61
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.275.337,30	10.996.409,72	7.129.835,00	7.129.835,00	7.068.908,10	3.866.574,72
APLICAÇÕES DIRETAS	7.275.337,30	10.996.409,72	7.129.835,00	7.129.835,00	7.068.908,10	3.866.574,72
CREDITO DISPONIVEL - DESPESA CAPITAL	843.941,83	1.268.941,83	47.994,00	47.994,00	47.994,00	1.220.947,83
INVESTIMENTOS	843.941,83	1.268.941,83	47.994,00	47.994,00	47.994,00	1.220.947,83
INVESTIMENTOS - APLICAÇÕES DIRETAS	843.941,83	1.268.941,83	47.994,00	47.994,00	47.994,00	1.220.947,83
SUB-TOTAL DAS DESPESAS	13.221.081,47	17.567.153,89	12.047.660,73	12.047.660,73	11.986.733,83	5.519.493,16
SUPERÁVIT	0,00	0,00	5.474.439,94	0,00	0,00	5.474.439,94
TOTAL	13.221.081,47	17.567.153,89	17.522.100,67	12.047.660,73	11.986.733,83	45.053,22

Belém-PA, 31 de dezembro de 2021

Danielle Cruz Rocha
Presidente

790.350.192-53

Alessandra de Nazaré Correa de Carvalho
Tesoureira

621.388.712-15

Ana Paula Thury Cruz
Contadora

651.496.612-87

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR				
CREDITO DISPONIVEL - DESPESA CORRENTE	0,00	601,16	601,16	601,16	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	601,16	601,16	601,16	0,00	0,00
TOTAL:	0,00	601,16	601,16	601,16	0,00	0,00

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS						
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO	
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR				
CREDITO DISPONIVEL - DESPESA CORRENTE	0,00	89.099,19	89.099,19	0,00	0,00	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	89.099,19	89.099,19	0,00	0,00	
TOTAL:	0,00	89.099,19	89.099,19	0,00	0,00	



Anexo do tópico 4.3

BALANÇO PATRIMONIAL.PDF - BALANÇO PATRIMONIAL

Período: 01/01/2021 a 31/12/2021

Balço Patrimonial

Período Anterior: 01/01/2020 a 31/12/2020

ATIVO			PASSIVO		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	23.253.476,94	15.434.855,56	PASSIVO CIRCULANTE	290.809,78	205.861,91
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	10.258.613,56	4.820.762,23	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	0,00	0,00
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	12.885.601,25	10.527.184,88	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
ANUIDADE DE PESSOA FÍSICA	22.960.471,45	18.438.440,38	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	21.815,01	54.280,25
ANUIDADE DE PESSOA JURÍDICA	49.530,78	30.305,03	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	889,11	889,11
(-) PERDAS ESTIMADAS EM DEMAIS CONTRIBUIÇÕES	10.124.400,98	7.941.560,53	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	39.111,89	34.818,94
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	58.971,81	50.808,45	PROVISÕES A CURTO PRAZO	226.585,97	113.814,01
ESTOQUES	50.290,32	36.100,00	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	2.407,80	2.059,60
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	0,00	0,00		0,00	0,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE	7.964.612,91	8.100.038,77	PASSIVO NAO-CIRCULANTE	0,00	0,00
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	324.669,04	508.088,90	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00	0,00
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	272.142,75	455.562,61	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
(-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A LONGO PRAZO	528.277,09	629.110,28	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	52.526,29	52.526,29	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	PROVISÕES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
IMOBILIZADO	7.639.943,87	7.591.949,87	DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
BENS MOVEIS	1.339.580,45	1.291.586,45	RESULTADO DIFERIDO	0,00	0,00
BENS IMÓVEIS	6.300.363,42	6.300.363,42		0,00	0,00
INTANGÍVEL	0,00	0,00		0,00	0,00
DIFERIDO	0,00	0,00		0,00	0,00
			TOTAL DO PASSIVO	290.809,78	205.861,91

			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
			Patrimônio Social e Capital Social	0,00	0,00
			Ajuste de avaliação Patrimonial	0,00	0,00
			Demais Reservas	0,00	0,00
			Resultados Acumulados	30.927.280,07	23.329.032,42
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	30.927.280,07	23.329.032,42
TOTAL	31.218.089,85	23.534.894,33	TOTAL	31.218.089,85	23.534.894,33
ATIVO FINANCEIRO	10.317.585,37	4.871.570,68	PASSIVO FINANCEIRO	290.809,78	206.463,07
ATIVO PERMANENTE	20.900.504,48	18.663.323,65	PASSIVO PERMANENTE	0,00	0,00
SALDO PATRIMONIAL				30.927.280,07	23.328.431,26

Compensações

ESPECIFICAÇÃO	Exercício	Exercício	ESPECIFICAÇÃO	Exercício	Exercício
Saldo do Atos Potenciais Ativos	Atual	Anterior	Saldo do Atos Potenciais Passivos	Atual	Anterior
Execução de Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	0,00	Execução de Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00	0,00
Execução de Direitos Conveniados	0,00	0,00	Execução de Obrigações Conveniadas	0,00	0,00
Execução de Direitos Contratuais	0,00	0,00	Execução de Obrigações Contratuais	0,00	0,00
Execução de Outros Atos Potenciais do Ativo	0,00	0,00	Execução de Outros Atos Potenciais do Passivo	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	TOTAL	0,00	0,00

Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Superávit Financeiro	10.026.775,59	4.665.107,61

Belém-PA, 31 de dezembro de 2021

Danielle Cruz Rocha
Presidente

790.350.192-53

Alessandra de Nazaré Correa de Carvalho
Tesoureira

621.388.712-15

Ana Paula Thury Cruz
Contadora

651.496.612-87



Anexo do tópico 4.3

**DEMONSTRATIVO DO FLUXO DE CAIXA.PDF - DEMONSTRATIVO
DO FLUXO DE CAIXA**

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		
INGRESSOS		
RECEITAS CORRENTE	17.522.100,67	18.982.127,35
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	14.627.955,42	11.544.003,86
CONTRIBUIÇÃO DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS OU ECONÔMICAS	14.627.955,42	11.544.003,86
ANUIDADES - PESSOAS FÍSICAS	14.562.667,63	11.492.508,28
ANUIDADES DO EXERCÍCIO - PF	8.597.037,68	7.700.862,83
ANUIDADES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - PF	5.965.629,95	3.791.645,45
ANUIDADES - PESSOAS JURÍDICAS	65.287,79	51.495,58
ANUIDADES DO EXERCÍCIO - PJ	43.525,64	32.522,13
ANUIDADES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - PJ	21.762,15	18.973,45
RECEITAS PATRIMONIAIS	310.654,07	43.584,28
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	310.654,07	43.584,18
RECEITAS DE APLICAÇÃO FINANCEIRAS	310.654,07	43.584,18
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS	0,00	0,10
RECEITAS DE SERVIÇOS	2.576.025,93	1.450.910,42
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	2.576.025,93	1.450.910,42
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.893,63	5.943.050,57
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	0,00	5.940.000,00
TRANSFERÊNCIAS DO CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM - COFEN	0,00	5.940.000,00
PLATEC – RESOLUÇÃO COFEN	0,00	5.940.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE DEPÓSITOS NÃO IDENTIFICADOS	5.893,63	3.050,57
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.571,62	578,22
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTO	1.570,62	577,28
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	1,00	0,94
OUTROS INGRESSOS	1.185.907,94	1.336.777,27
DESEMBOLSOS		
CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO PAGO - DESPESA CORRENTE	11.938.739,83	10.161.474,19
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.869.831,73	4.517.622,37
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.068.908,10	5.643.851,82
OUTROS DESEMBOLSOS	1.283.423,45	1.518.926,22
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	5.485.845,33	8.638.504,21
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS		
DESEMBOLSOS		
INVESTIMENTOS	47.994,00	39.552,30
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	6.000.000,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-47.994,00	-6.039.552,30
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS		
DESEMBOLSOS		
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00	0,00
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		

	Exercício Atual	Exercício Anterior
GERAÇÃO LIQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	5.437.851,33	2.598.951,91
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	4.820.762,23	2.221.810,32
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	10.258.613,56	4.820.762,23

Belém-PA, 31 de dezembro de 2021

Danielle Cruz Rocha
Presidente

790.350.192-53

Alessandra de Nazaré Correa de Carvalho
Tesoureira

621.388.712-15

Ana Paula Thury Cruz
Contadora

651.496.612-87



Anexo do tópico 4.3

NOTA EXPLICATIVA 2021 - NOTA EXPLICATIVA 2021



**CONSELHO REGIONAL ENFERMAGEM DO PARÁ – COREN/PA
NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO
DE 2021.**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Conselho Regional de Enfermagem do Pará é uma Autarquia Federal com finalidade, dentre outras, de exercer a fiscalização do exercício profissional da enfermagem no país, sendo criada pela Lei 5.905 de 12 de Julho de 1973.

O Coren-PA tem sede e foro na cidade de Belém do Pará e possui jurisdição em todo o território do estado do Pará.

A Autarquia é dirigida por um Plenário, com caráter deliberativo, composto de 05 (cinco) membros efetivos e 05 (cinco) membros suplentes, com mandato de 03 (três) anos. O Conselho conta com uma diretoria composta de Presidente, Secretário e Tesoureiro, responsáveis pelas atribuições executivas da Autarquia.

O Coren-PA possui autonomia administrativa e financeira, observada a subordinação ao Conselho Federal de Enfermagem estabelecida no Art. 3º da Lei 5.905/73.

A gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial no exercício de 2020 foi de responsabilidade na seguinte discriminação:

Período de 01/01/2021 à 31/12/2021

Danielle Cruz Rocha - Presidente

Alessandra de Nazaré Correa De Carvalho – Tesoureira

Horácio Ferreira Cunha Bastos - Secretário

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com as disposições da Lei 4.320/64, Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público-MCASP, Plano de Contas Aplicado ao Setor Público- PCASP, bem como as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor público.

3. PRINCIPAIS OBSERVAÇÕES CONTÁBEIS

Dentre os saldos apresentados no Balancete de Verificação, com vistas à prestação de contas, destacam-se abaixo os valores que estão pendentes de outros exercícios, bem como do exercício de 2021. O detalhamento dos valores que compõe os referidos saldos, estão demonstrados neste PAD nº 326/2022, que dispõe sobre a Prestação de Contas 2021- Demonstrativos contábeis. As folhas estão indicadas nos quadros abaixo.

3.1 ATIVO CIRCULANTE

3.1.1 - Caixa e Equivalentes de Caixa.

Caixa e Equivalentes de Caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pela entidade na gestão das obrigações de curto prazo.

Saldos para o exercício seguinte	Saldo em		Variação
	31/12/2021	31/12/2020	
Bancos C/ Movimento	0,00	0,00	0,00
Bancos C/ Arrecadação	0,00	0,00	0,00
Bancos Contas Correntes	2.188,48	2.059,60	128,88
Aplicações Financeiras	10.256.425,08	4.818.702,63	5.437.722,45
Total	10.258.613,56	4.820.762,23	5.437.851,33

3.1.2 - Créditos de Curto Prazo.

São representados pelo saldo a receber de anuidades do exercício e créditos do exercício anterior, considerados de curto prazo. E, como conta redutora, o valor referente ao reconhecimento da provisão de Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa.

Créditos à Curto Prazo	2021	2020
Anuidades Pessoa Física	22.960.471,45	18.438.440,38
Anuidades Pessoa Jurídica	49.530,78	30.305,03
(-) Ajuste de Perdas de Crédito à Curto Prazo	(10.124.400,98)	(7.941.560,53)
TOTAL	12.885.601,25	10.527.184,88

Os ajustes de Perdas de Créditos à Curto Prazo foram obtidos pela aplicação do percentual de inadimplência de curto prazo de 44% sobre os créditos a receber no período.

Os valores apurados foram calculados conforme a metodologia proposta pelo Pronunciamento nº 85/2012 da Câmara de Controle Interno do CFC.

	Anuidades Pessoa Física	Anuidades Pessoa Jurídica
Créditos à Curto Prazo	22.960.471,45	49.530,78
Percentual de Inadimplência	44%	44%
(-) Ajuste de Perdas de Crédito à Curto Prazo	10.102.607,44	2.1793,54
TOTAL DE AJUSTES	10.124.400,98	

3.1.3 – Demais Créditos e Valores a Receber.

Correspondem aos valores a receber por demais transações tais como adiantamentos a pessoal, tributos a recuperar e créditos diversos a receber.

a) Adiantamentos Concedidos a Pessoal e a Terceiros.

CONTA		SALDO
1.1.3.1.1.01	Adiantamentos Concedidos a Pessoal	32.631,73
1.1.3.1.1.01.02	Adiantamento 13º salário	171,40
1.1.3.1.1.01.03	Férias	32.382,99
1.1.3.1.1.01.99	Adiantamentos	77,34

b) Tributos e Contribuições a Recuperar.

CONTA		SALDO
1.1.3.2.1	Tributos a Recuperar	12.818,82
1.1.3.2.1.04	IRRF a Compensar	10.813,11
1.1.3.2.1.11	INSS a Compensar	821,19
1.1.3.2.1.99	Outros Tributos a Recuperar	1.184,52

c) Outros Créditos a Receber.

Valores a serem restituídos por terceiros ao Coren-PA.

CONTA		SALDO
1.1.3.8.1	Outros Créditos a Receber	13.521,26
1.1.3.8.1.99.01.01	Banco do Brasil	741,60
1.1.3.8.1.99.02.01	Dinastur Viagens e Turismo Ltda.	1.651,22
1.1.3.8.1.99.02.02	Elite Serviços de Segurança	217,36
1.1.3.8.1.99.02.03	Serviel Serviços Ltda.	368,10
1.1.3.8.1.99.02.04	Telefônica Brasil S/A	600,88
1.1.3.8.1.99.02.05	Adson Dos Prazeres	511,33
1.1.3.8.1.99.02.06	Jurema Cláudia Barbosa Ferreira	902,00
1.1.3.8.1.99.02.07	Idehize Oliveira Furtado	538,14
1.1.3.8.1.99.02.08	Amanda Carolina Brasil Gama	97,69
1.1.3.8.1.99.02.09	Márcia Simão carneiro	437,26
1.1.3.8.1.99.02.10	Devolução de Suprimento	27,27
1.1.3.8.1.99.02.13	Almiro Escudeiro	48,13

1.1.3.8.1.99.02.17	Cielo- cartões de crédito	6.272,51
1.1.3.8.1.99.02.99	Diversos	1.107,77

3.1.4 Estoque

O estoque compreende o somatório dos bens de consumo adquiridos pelo Coren-PA com o objetivo de utilização própria no curso normal de suas atividades operacionais e administrativas, composto pelos saldos de almoxarifado, registrados ao custo de aquisição.

Títulos	2021
Almoxarifado	50.290,32
Materiais de Expediente	21.113,32
Material de Processamento de Dados	29.177,00
Combustível	400,00

3.2 ATIVO NÃO CIRCULANTE

Neste grupo de ativos estão incluídos os bens de permanência duradoura, destinados ao funcionamento normal da entidade, assim como os direitos exercidos com essa finalidade, realizáveis no longo prazo. Representam esse grupo:

3.2.1. Créditos de Longo Prazo

Representam os créditos cuja realização provável se dará após o término do exercício seguinte, e está composto, exclusivamente, do valor correspondente à Dívida Ativa.

Créditos à Longo Prazo	2021	2020
Dívida Ativa Longo Prazo	800.419,84	1.084.672,89
(-) Ajuste de Perdas de Crédito à Longo Prazo	(528.277,09)	(629.110,28)
TOTAL	272.142,75	455.562,61

Os ajustes de Perdas de Créditos à Longo Prazo foram obtidos pela aplicação do percentual de inadimplência de Longo prazo de 66% sobre os créditos a receber no período.

Os valores apurados foram calculados conforme a metodologia proposta pelo Pronunciamento nº 85/2012 da Câmara de Controle Interno do CFC.

Créditos à Longo Prazo	Dívida Ativa
Créditos à Longo Prazo	800.419,84
Percentual de Inadimplência	66%
(-) Ajuste de Perdas de Crédito à Curto Prazo	528.277,09

3.2.2. Demais Créditos de Longo Prazo

Representam os créditos cuja realização provável se dará após o término do exercício seguinte, e está composto, de valores correspondentes aos adiantamentos concedidos a terceiros e Créditos por dano ao patrimônio.

1.2.1.2	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES À LONGO PRAZO	52.526,29
1.2.1.2.1.01.02	Adiantamento concedidos a ex-servidores	17.064,54
1.2.1.2.1.04.02	Créditos por Danos ao Patrimônio	27.757,67
1.2.1.2.1.04.08	Créditos à receber de servidores- Suprimento de Fundos	7.704,08

3.2.3. Imobilizado

3.2.3.1 Bens Patrimoniais:

Os Bens Patrimoniais são registrados ao custo de aquisição e/ou valor de mercado. Observa-se que houve alteração apenas na conta Bens Móveis no exercício de 2021, referente a aquisição de 10 (dez) Notebooks Samsung, 01 (um) Nobreak 2200VA, 01 (um) módulo de bateria e 03 (três) leitores de código de barras linear flash.

Grupos	Saldo em		Variação
	31/12/2021	31/12/2020	
Bens Móveis	1.339.580,45	1.291.586,45	47.994,00
Bens Imóveis	6.300.363,42	6.300.363,42	
Total	7.639.943,87	7.591.949,87	47.994,00

Nas contas de Bens Móveis e Bens Imóveis, não ocorreram reavaliações e/ou reduções dos bens adquiridos em exercícios anteriores a 2021, bem como, não ocorreram registros contábeis de depreciação em 2021 e nos exercícios anteriores, em face de problemas técnicos, operacionais e estruturais ocorridos na Autarquia.

No entanto, este Conselho já está adotando medidas para a correção da inconformidade, para atender os dispositivos da Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

3.3 PASSIVO CIRCULANTE

O Passivo Circulante está representado pelas Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias, Obrigações Fiscais de Curto Prazo (obrigações fiscais de curto prazo, depósitos consignáveis, fornecedores pela aquisição de serviços e materiais, provenientes de empenhos processados e não pagos até 31/12/2021), Demais Obrigações de Curto Prazo (créditos de terceiros, transferências legais, outras obrigações).

CONTA		SALDO
2.1.3.1.1.01.01	FORNECEDORES A CURTO PRAZO	21.815,01
2.1.3.1.1.01.01.001	Fornecedores Diversos	21.815,01
2.1.4.3	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	889,11
2.1.4.3.1.01	ISS a Recolher	889,11
2.1.5.9.9	COTA PARTE	39.111,89
2.1.5.9.9.01	Conselho Federal de Enfermagem- 25%	426,37
2.1.5.9.9.02	Conselho Federal de Enfermagem- 25% Cartão	38.685,52

As despesas empenhadas, liquidadas e não pagas até o dia 31 de dezembro, foram apropriadas no grupo de Fornecedores, pois se referem às aquisições de materiais ou prestação de serviços incorridos no próprio exercício atendendo ao princípio da competência.

3.3.1 Provisões de Férias:

A provisão de férias é apropriada mensalmente em atendimento ao regime de competência, acrescida dos respectivos encargos sociais. A base de cálculo é a remuneração mensal do empregado, sendo por vezes necessários ajustes para atualização das médias de proventos variáveis.

CONTA		SALDO
2.1.7.9.1.99	OUTRAS PROVISÕES A CURTO PRAZO	226.585,97
2.1.7.9.1.99.01.02	Provisão para Férias	168.871,91
2.1.7.9.1.99.01.04	Provisão para Encargos s/ Férias	57.714,06

3.3.2 Outros Valores restituíveis:

CONTA		SALDO
2.1.8.8.1.01.06	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIVERSAS	180,83
2.1.8.8.1.01.06	Contribuição sindical	160,00
2.1.8.8.1.01.06	ISS Retido	20,83

CONTA		SALDO
2.1.8.8.1.99.03	HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS POR SUCUMBÊNCIA	2.120,02

CONTA		SALDO
2.1.8.8.1.99.03	HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS POR SUCUMBÊNCIA	2.120,02

3.3.3 Outras Obrigações a Curto Prazo:

CONTA		SALDO
2.1.8.9.1.01	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	106,95
2.1.8.9.1.01.02	Indenizações e Restituições Diversas	106,95

3.4 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido totalizou um montante de R\$ 30.927.280,07 (Trinta milhões, novecentos e vinte sete mil, duzentos e oitenta reais e sete centavos.)

Patrimônio Líquido	2021	2020
Ajustes de Exercícios Anteriores		18.897,17
Resultado do Exercício	7.598.247,65	9.778.820,51
Resultado de Exercícios Anteriores	23.329.032,42	13.531.314,74
TOTAL	30.927.280,07	23.329.032,42

O patrimônio é constituído de recursos próprios, sofrendo variações em decorrência de superávits ou déficits apurados anualmente.

4. BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle).

4.1 SUPERÁVIT FINANCEIRO

O Balanço Patrimonial demonstra que o Conselho encerrou o exercício de 2021 com um superávit financeiro de R\$ 10.026.775,59 (Dez milhões, vinte e seis mil, setecentos e setenta e cinco reais e cinquenta e nove centavos.).

O montante do Ativo financeiro integra a conta Caixa e equivalentes de caixa e Demais créditos a curto prazo, excluindo a conta créditos a curto prazo (Créditos Tributários e de Contribuições a receber) e estoques.

A composição do Passivo Financeiro é o valor do Passivo circulante R\$ 290.809,78 (Duzentos e noventa mil, oitocentos e nove reais e sessenta e oito centavos), conforme o quadro abaixo.

Ativo Financeiro	10.317.585,37	
Passivo Financeiro	290.809,78	
TOTAL	10.026.775,59	

5. BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

O valor disponível em caixa para o exercício seguinte é de R\$ 10.258.613,56 (Dez milhões, duzentos e cinquenta e oito mil, seiscentos e treze reais e cinquenta e seis centavos.), cujo valor encontra-se em aplicações financeiras e em contas correntes.

5.1 RECEITAS E DESPESAS EXTRAORÇAMENTÁRIAS

O Balanço financeiro demonstra o valor de R\$ 367.410,44 (Trezentos e sessenta e sete mil, quatrocentos e dez reais, e quarenta e quatro centavos) para outros recebimentos extraorçamentários e o valor de R\$ 375.466,85 (Trezentos e setenta e cinco mil, quatrocentos e sessenta e seis reais e oitenta e cinco centavos.) para outros pagamentos extraorçamentários.

6. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas no exercício.

6.1 SUPERÁVIT ORÇAMENTÁRIO

Superávit representa a eventual diferença, a maior entre as receitas realizadas e as despesas empenhadas.

No exercício de 2021, constata-se um superávit orçamentário de R\$ 5.474.439,94 (Cinco milhões, quatrocentos e setenta e quatro mil, quatrocentos e trinta e nove reais, e noventa e quatro centavos.), ou seja, para cada R\$ 1,00 de receita arrecadada tem-se R\$ 0,68 de despesa realizada. A receita arrecadada ultrapassou 31,24% do valor da despesa realizada.

Receita Executada	17.522.100,67	100%
Despesa Executada	12.047.660,73	68,76%
Diferença	5.474.439,94	31,24%

6.2 SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR

O superávit financeiro do exercício anterior apresentado no Balanço Patrimonial do exercício de 2020 foi de R\$ 4.665.107,61.

6.3 EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR

No que tange a execução dos Restos a Pagar não Processados e os Restos a Pagar Processados registram-se os seguintes valores:

EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO f=(a+b-d-e)
	EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	31 DEZEMBRO EXERC. ANT. (b)				
DESPESAS CORRENTES	0,00	601,16	601,16	601,16	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais						0,00
Juros e Encargos da Dívida						0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	601,16	601,16	601,16	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL						0,00
Investimentos						0,00
Inversões Financeiras						0,00
Amortização da Dívida						0,00
TOTAL R\$	0,00	601,16	601,16	601,16	0,00	0,00

EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS						
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO f=(a+b-d-e)
	EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	31 DEZEMBRO EXERC. ANT. (b)				
DESPESAS CORRENTES	0,00	89.099,19		89.099,19	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais						0,00
Juros e Encargos da Dívida						0,00
Outras Despesas Correntes		89.099,19		89.099,19	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL						0,00
Investimentos						0,00
Inversões Financeiras						0,00
Amortização da Dívida						0,00
TOTAL R\$	0,00	89.099,19	89.099,19	89.099,19	0,00	0,00

7. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício. O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas.

7.1 RESULTADO PATRIMONIAL

O Resultado Patrimonial do exercício de 2021 apresentou um superávit na ordem de R\$ 7.598.247,65 (Sete milhões, quinhentos e noventa e oito mil, duzentos e quarenta e sete reais e sessenta e cinco centavos).

8. REFORMULAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

O Orçamento, inicialmente aprovado pelo Plenário do COREN-PA, no valor global de R\$ 13.221.081,47 (Treze milhões, duzentos e vinte e um mil, oitenta e um reais, e quarenta e sete centavos.), sofreu 03 (três) reformulações orçamentárias durante o exercício de 2021, e encerrou o exercício com o valor de R\$ 17.567.153,89 (Dezessete milhões, quinhentos e sessenta e sete mil, cento e cinquenta e três reais e oitenta e nove centavos.).

9. COTA PARTE COFEN

Observa-se que o valor demonstrado exibido na apuração da cota parte abaixo, compreende somente receitas de contribuições e receitas de serviços, e apresenta uma diferença no valor de R\$ 318.119,32 (Trezentos e dezoito mil, cento e dezenove reais, e trinta e dois centavos), comparado ao valor da receita realizada apresentada no balanço orçamentário. Este valor refere-se a receitas patrimoniais, transferências não identificadas, restituições, indenizações, entre outras devoluções ocorridas em 2021. Portanto, o referido valor não foi agregado à base de cálculo da cota parte.

APURAÇÃO DO VALOR TRANSFERIDO AO COFEN (LEI5.905/73, ART. 10)		
Item	NATUREZA DA RECEITA	VALOR R\$
1	Receita de Contribuições	14.627.955,42
2	Receitas de Serviços	2.576.025,93
3	Multas e Juros Anuidade PF / PJ	
4	Receita Dívida Ativa	
5	Receitas não identificadas	
6	Outras Receitas	
A	BASE DE CÁLCULO ART. 10	17.203.981,35
B	TRANSFERÊNCIA CALCULADA (A x 25%)	4.300.995,34
C	TRANSFERÊNCIA INFORMADA - REGIONAL	4.300.995,35
D	TRANSFERÊNCIA REGISTRADA - COFEN	

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 2021 o Departamento de Contabilidade foi composto apenas pela contadora:

NOME	CARGO	PERÍODO
Ana Paula Thury Cruz	Contadora	01/01/2021 à 31/12/2021

O Departamento de Contabilidade, criado através da Decisão COREN-PA nº 031/2010, utilizou os Processos Administrativos (PAD'S) para pagamentos de despesas de qualquer natureza. Com isto, as contabilizações foram efetuadas com base nos PAD'S, que eram encaminhados pelo Departamento financeiro ao Departamento contábil, contendo as documentações originais das despesas realizadas e após a contabilização das despesas, os mesmos eram devidamente arquivados ou devolvidos ao Departamento Financeiro.

Cumprir informar que este departamento trabalha com informações que lhe são fornecidas. O Departamento financeiro identifica os créditos em conta corrente, assim como encaminha os extratos bancários das contas correntes e contas investimentos.

Belém (PA), 14 de fevereiro de 2022.

Ana Paula Thury Cruz
Contadora
CRC/PA: 11618/O-5



Anexo do tópico 4.3

VARIACOES PATRIMONIAIS 2021 - VARIACOES PATRIMONIAIS 2021

Variações Patrimoniais

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS					
	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	26.357.164,60	27.528.726,26	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	18.758.916,95	17.749.905,75
CONTRIBUIÇÕES	17.084.528,07	15.310.601,12	PESSOAL E ENCARGOS	4.524.142,28	4.147.903,86
CONTRIBUIÇÕES DE INTERESSE DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS	17.084.528,07	15.310.601,12	REMUNERAÇÃO A PESSOAL	3.235.137,76	2.954.428,67
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	2.576.025,93	1.450.910,42	REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL – ABRANGIDOS PELO RGPS	3.235.137,76	2.954.428,67
EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	2.576.025,93	1.450.910,42	ENCARGOS PATRONAIS	947.571,45	880.025,12
VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	2.576.025,93	1.450.910,42	ENCARGOS PATRONAIS - RGPS	694.909,60	649.154,76
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	2.111.085,19	1.035.823,42	ENCARGOS PATRONAIS - FGTS	252.661,85	230.870,36
JUROS E ENCARGOS DE MORA	1.800.431,12	992.239,14	BENEFÍCIOS A PESSOAL	336.406,60	313.450,07
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS	1.800.431,12	992.239,14	BENEFÍCIOS A PESSOAL - RGPS	336.406,60	313.450,07
DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS	0,00	0,10	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS	5.026,47	0,00
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	310.654,07	43.584,18	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	5.026,47	0,00
REMUNERAÇÃO DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	310.654,07	43.584,18	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	1.673.042,65	1.383.055,90
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	0,00	5.940.000,00	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	165.194,76	176.936,89
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	0,00	5.940.000,00	CONSUMO DE MATERIAL	165.194,76	176.936,89
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	0,00	5.940.000,00	SERVIÇOS	1.507.847,89	1.206.119,01
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	4.585.525,41	3.791.391,30	DIÁRIAS	125.729,78	73.783,60
REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS	4.578.060,16	3.784.839,55	SERVIÇOS TERCEIROS - PF	64.508,88	9.851,88
REVERSÃO DE PROVISÕES	2.923.093,72	3.784.839,55	SERVIÇOS TERCEIROS - PJ	1.317.609,23	1.122.483,53
REVERSÃO DE AJUSTES DE PERDAS	1.654.966,44	0,00	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	5.903,23
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	7.465,25	6.551,75	JUROS E ENCARGOS DE MORA	0,00	191,53
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.570,62	577,28	JUROS E ENCARGOS DE MORA DE OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	0,00	191,53
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	5.894,63	5.974,47	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS	0,00	5.711,70
			JUROS E ENCARGOS EM SENTENÇAS JUDICIAIS	0,00	5.711,70
			TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	4.300.995,35	3.248.728,61
			TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	4.300.995,35	3.248.728,61
			TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	4.300.995,35	3.248.728,61
			TRIBUTÁRIAS	1.229,90	2.382,71

	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
			IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	1.229,90	2.382,71
			TAXAS	1.229,90	2.382,71
			OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	8.259.506,77	8.961.931,44
			VPD DE CONSTITUIÇÃO DE PROVISÕES	7.454.935,43	8.054.324,25
			VPD DE OUTRAS PROVISÕES	7.454.935,43	8.054.324,25
			DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	804.571,34	907.607,19
			MULTAS ADMINISTRATIVAS	1.085,74	1,99
			INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	798.847,97	905.920,12
			VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	4.637,63	1.685,08
Total das Variações Ativas :	26.357.164,60	27.528.726,26	Total das Variações Passivas :	18.758.916,95	17.749.905,75
			RESULTADO PATRIMONIAL		
Déficit do Exercício			Superávit do Exercício	7.598.247,65	9.778.820,51
Total	26.357.164,60	27.528.726,26	Total	26.357.164,60	27.528.726,26

Belém-PA, 31 de dezembro de 2021

Danielle Cruz Rocha
Presidente

790.350.192-53

Alessandra de Nazaré Correa de Carvalho
Tesoureira

621.388.712-15

Ana Paula Thury Cruz
Contadora

651.496.612-87



Anexo do tópico 4.5

**DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA
(RELATÓRIO)**

Despesas por Grupo e Elemento de Despesa

Apresentação:

Análise crítica:

Grupo de Despesa	DESPESAS CORRENTES							
	EMPENHADO		LIQUIDADO		RESTOS A PAGAR		PAGO	
	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021
1. Despesa de Pessoal								
6.2.2.1.1.01.31.90.011.001 - Vencimentos e Salários	2.523.646,91	2.775.375,04	2.523.646,91	2.775.375,04	0,00	0,00	2.523.646,91	2.775.375,04
6.2.2.1.1.01.31.90.013.001 - Contribuições Previdenciárias - INSS	728.469,98	770.881,34	728.469,98	770.881,34	0,00	0,00	728.469,98	770.881,34
Demais elementos do grupo	1.265.505,48	1.323.575,35	1.265.505,48	1.323.575,35	0,00	0,00	1.265.505,48	1.323.575,35
2. Juros e Encargos da Dívida								
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3. Outras Despesas Correntes								
6.2.2.1.1.01.33.90.041.001.001 - Transferência para o COFEN - Cota-Parte (1/4)	3.248.728,61	4.300.995,35	3.248.728,61	4.300.995,35	34.818,94	39.111,89	3.213.909,67	4.261.883,46
6.2.2.1.1.01.33.90.093.001.001 - Auxílio Representação	889.184,64	792.525,96	889.184,64	792.525,96	0,00	0,00	889.184,64	792.525,96
6.2.2.1.1.01.33.90.046.001 - Auxílio Alimentação / Refeição	292.896,00	323.048,21	292.896,00	323.048,21	0,00	0,00	292.896,00	323.048,21
6.2.2.1.1.01.33.90.039.002.014 - Serviços Relacionados a Tecnologia da Informação	175.871,48	213.889,75	175.270,32	213.889,75	1.939,96	5.547,21	173.931,52	208.342,54
Demais elementos do grupo	1.126.871,44	1.499.375,73	1.126.871,44	1.499.375,73	52.941,45	16.267,80	1.073.929,99	1.483.107,93

Grupo de Despesa	DESpesas DE CAPITAL								
	EMPENHADO		LIQUIDADO		RESTOS A PAGAR		PAGO		
	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	
4. Investimentos									
Demais elementos do grupo	39.552,30	47.994,00	39.552,30	47.994,00	0,00	0,00	39.552,30	47.994,00	
5. Inversões Financeiras									
Demais elementos do grupo	6.000.000,00	0,00	6.000.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000.000,00	0,00	
6. Amortização da Dívida									
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	



Anexo do tópico 4.5

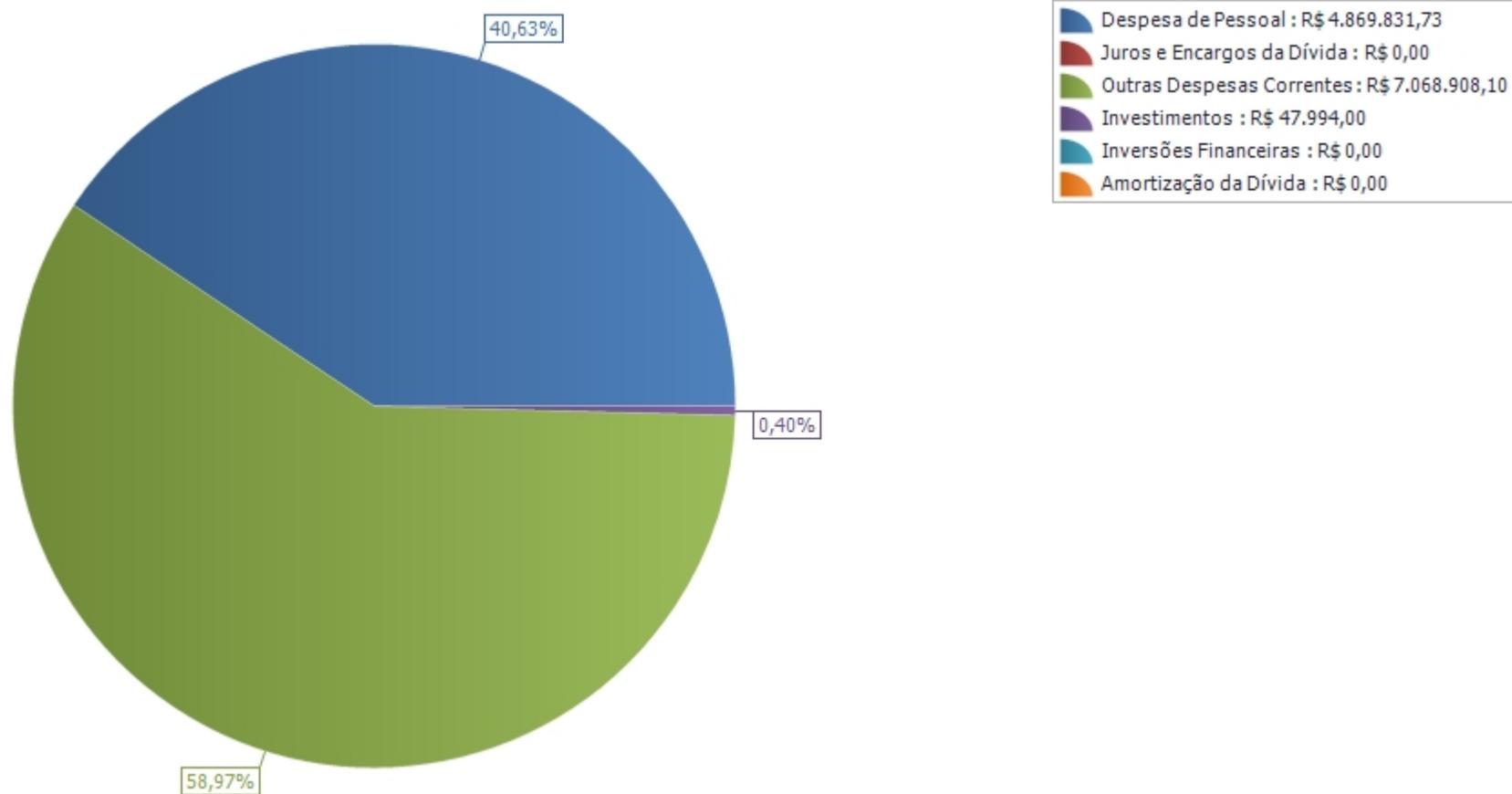
DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA (GRÁFICO DE BARRA EMPILHADA)



Anexo do tópico 4.5

DESPEAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA (GRÁFICO DE PIZZA - PAGO)

Despesas por Grupo e Elemento de Despesa (Pago)

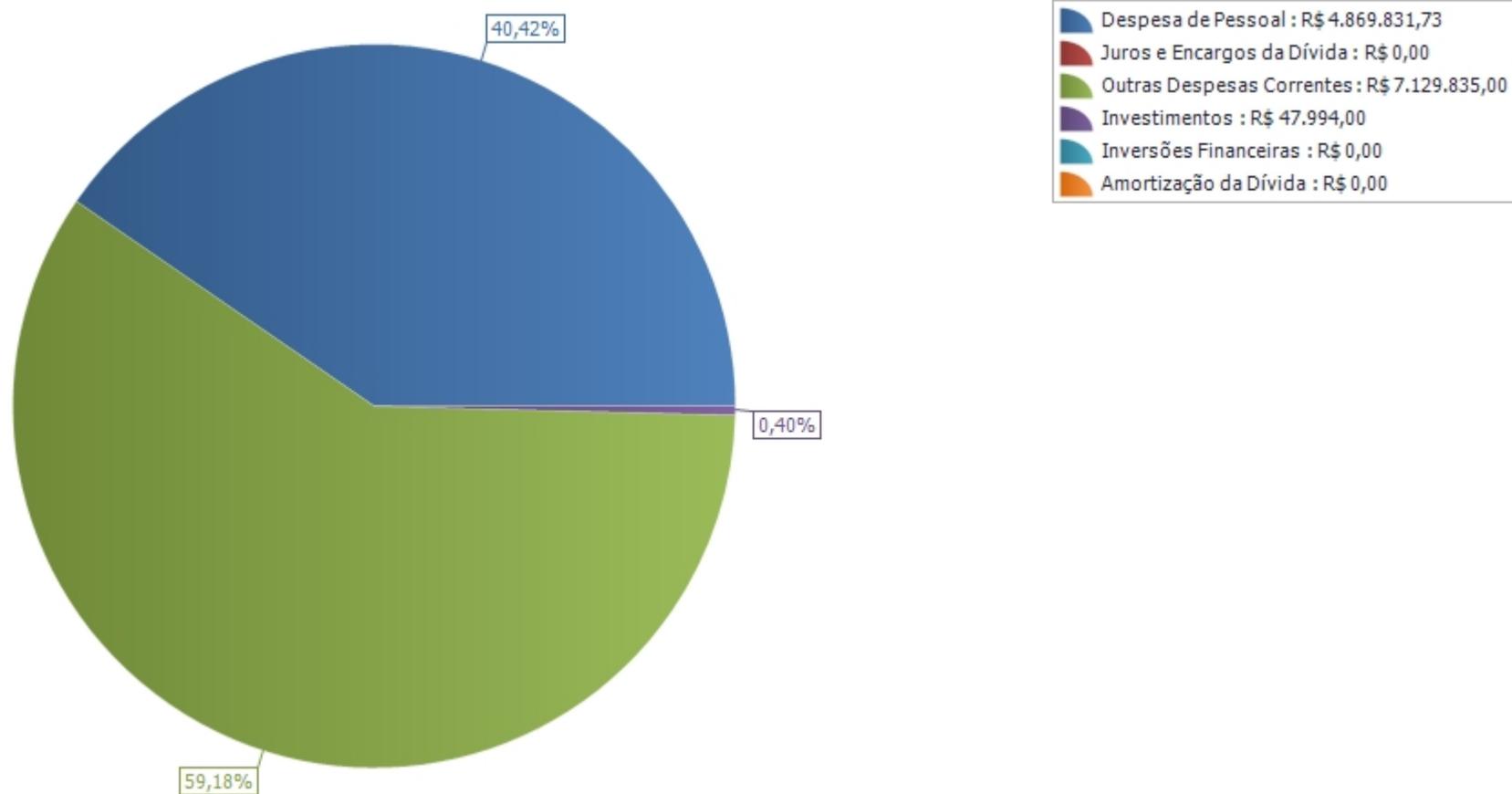




Anexo do tópico 4.5

DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA (GRÁFICO DE PIZZA - EMPENHADO)

Despesas por Grupo e Elemento de Despesa (Empenhado)

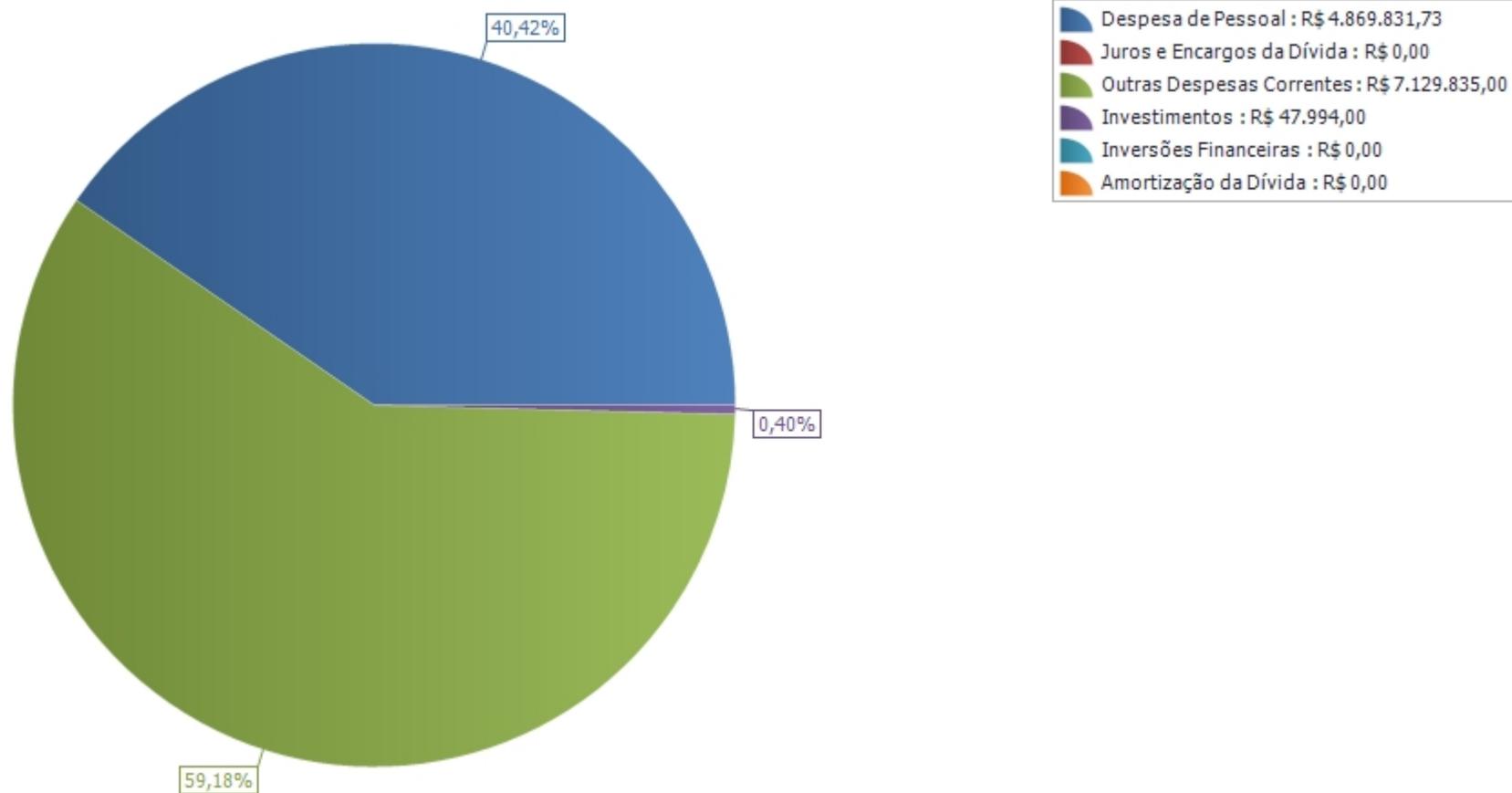




Anexo do tópico 4.5

DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA (GRÁFICO DE PIZZA - LIQUIDADO)

Despesas por Grupo e Elemento de Despesa (Liquidado)

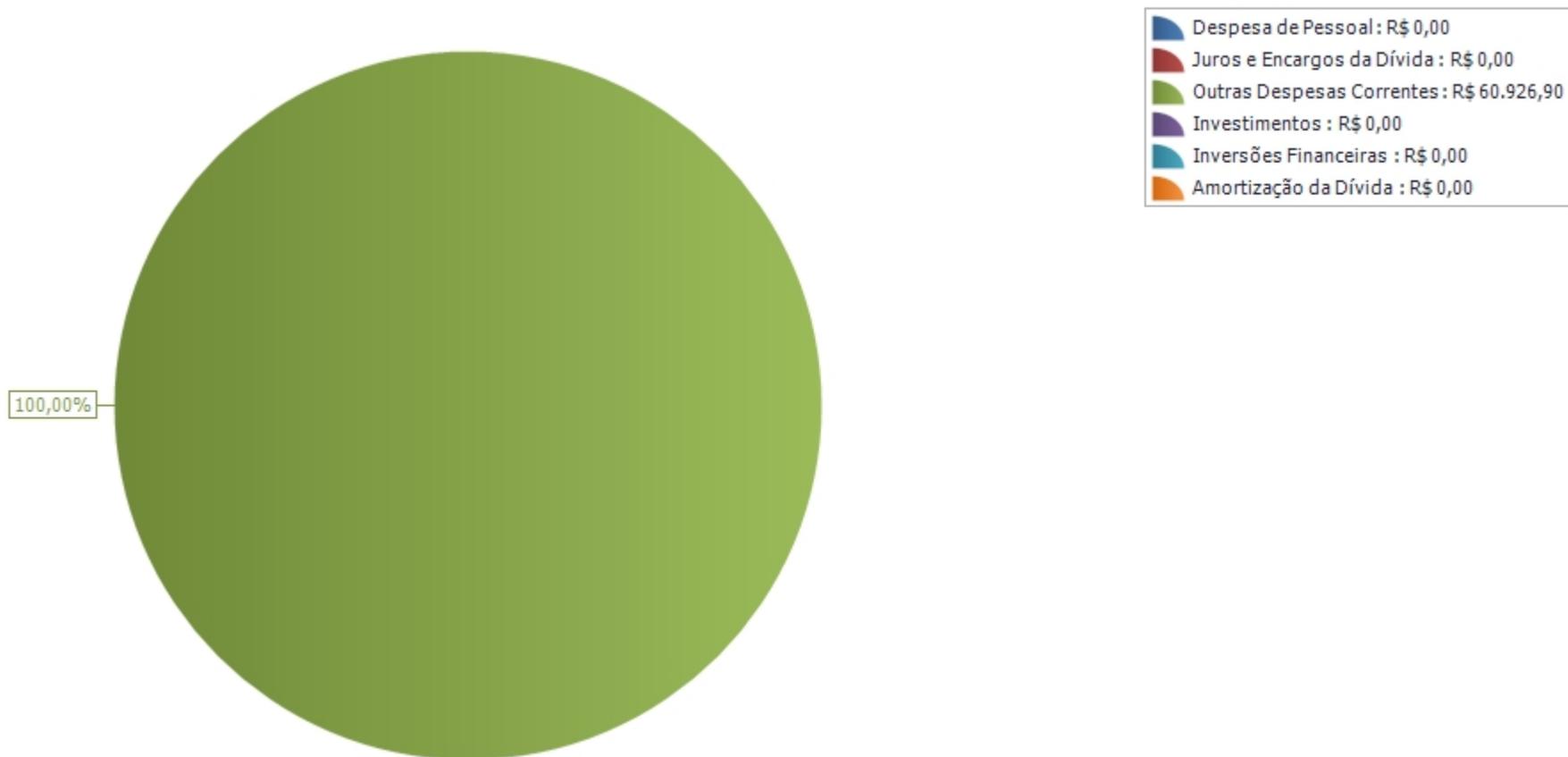




Anexo do tópico 4.5

DESPEAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA (GRÁFICO DE PIZZA - RESTO A PAGAR)

Despesas por Grupo e Elemento de Despesa (Resto a Pagar)





ANEXOS, APÊNDICES E LINKS

- Anexos, apêndices e links



ANEXOS, APÊNDICES E LINKS



Assinatura(s)